

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC - UFABC
BACHARELADO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

LUCIANA DO NASCIMENTO PEDROSO

ORIENTAÇÃO E ACONSELHAMENTO NA UFABC: UMA ANÁLISE DAS
DIFICULDADES ENFRENTADAS POR ESTUDANTES DE BAIXA
RENDA

SÃO BERNARDO DO CAMPO

2024

LUCIANA DO NASCIMENTO PEDROSO

ORIENTAÇÃO E ACONSELHAMENTO NA UFABC: UMA ANÁLISE DAS
DIFICULDADES ENFRENTADAS POR ESTUDANTES DE BAIXA
RENDA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharela em Políticas Públicas. Orientador: Professor Paulo Sérgio da Costa Neves.

SÃO BERNARDO DO CAMPO

2024

Dedico este trabalho à minha mãe, Socorro, à minha irmã, Mariana, e ao meu pai, Paulo José, que não pôde estar presente para ver esse momento se concretizar.

AGRADECIMENTOS

Este trabalho me ajudou a entender muitos dos desafios que encontrei durante a graduação. Viver em um ambiente periférico, estudar em uma escola com um dos piores índices educacionais e, ainda assim, conseguir entrar em uma das maiores universidades federais do país não foi uma conquista individual, tampouco solitária.

Agradeço primeiramente à minha família. Ao meu pai, Paulo José, que, mesmo sem finalizar o ensino médio, sempre incentivou a educação como o caminho principal. Ele acordava cedo para fazer meu café da manhã e me buscar à noite, com um guarda-chuva na mão. À minha mãe, Maria do Socorro, que, sem acesso ao ensino superior, abdicou de seus sonhos e ingressou em trabalhos exaustivos para garantir as condições materiais necessárias para que completássemos a graduação. E à minha irmã, Mariana, a primeira da família a ingressar no ensino superior, que me incentivou, revisou meus trabalhos e secou minhas lágrimas quando eu duvidava de minha capacidade de concluir essa jornada.

Agradeço ao meu parceiro, Marcelo, que me apoiou e buscou no terminal de ônibus inúmeras vezes, garantindo que eu tivesse mais horas de sono.

Aos meus amigos, em especial à Luana, Wesley e Giovanna, pela companhia no RU, pelo apoio e pelas horas compartilhadas de estudo na biblioteca. Graças a eles consegui passar em Bases Matemáticas.

À professora Carolina Carvalho, pela sensibilidade e orientação durante minha iniciação científica, que serviu como base para este trabalho.

E, finalmente, ao meu orientador, Paulo Sérgio, pela paciência e orientação na execução deste projeto.

RESUMO

Com a aplicação do número de vagas e unidades em Universidade Federais, principalmente depois da implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e também da implantação da Lei n.º 12.711/2012, conhecida como Lei de Cotas, há uma diversificação do corpo discente e com isso, a apresentação de novos desafios para a permanência desses estudantes. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) foi desenvolvido para prestar apoio aos discentes em eixos específicos, como moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico (BRASIL, 2008). Entretanto, para além de questões relacionadas à Capital Econômico, há também questões relacionadas à Capital Cultural (Bourdieu, 1999) que representam desafios para os estudantes em situação de vulnerabilidade social, além de outras barreiras encaradas por esse grupo em específico. Dessa forma, no contexto apresentado, o presente trabalho tem o objetivo de avaliar quais são as dificuldades enfrentadas por estudantes de baixa renda dentro da UFABC e relacioná-las às políticas de orientação e aconselhamento. Diante disso, os resultados alcançados nesta pesquisa poderão fornecer informações importantes à instituição para que ela, em um futuro próximo, possa idealizar, planejar e melhorar ações de suporte aos discentes, especialmente os de baixa renda.

Palavras-chave: Permanência estudantil, Vulnerabilidade Social, Universidades Federais.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. JUSTIFICATIVA E ESTRUTURA DA PESQUISA	8
3. PERFIL DOS ALUNOS DA UFABC E PANORAMA DE ATENDIMENTO SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	13
4. A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO E DO ACONSELHAMENTO NO ENSINO SUPERIOR PARA JOVENS BAIXA RENDA	17
5. METODOLOGIA	21
6. RESULTADOS E ANÁLISES	24
6.1. Orientação sobre a vida profissional	33
6.2. Orientação psicológica	43
6.3. Orientação sobre o plano de estudos	46
7. LIMITAÇÕES DE PESQUISA	68
8. CONCLUSÃO	69
9. BIBLIOGRAFIA	71

1. JUSTIFICATIVA E ESTRUTURA DA PESQUISA

No Brasil, entre as décadas de 1950 e 1970, houve um aumento das Universidades Federais de maneira descentralizada nos Estados e Municípios do país. Na década de 1980, esse crescimento foi ainda mais intenso, com um aumento de 300 mil para um milhão e meio de estudantes (Vasconcelos, 2010). Dessa forma, esse espaço tradicionalmente restrito às pessoas de classes mais favorecidas (NUNES, VELOSO, 2016), levou à diversificação do perfil estudantil e, conseqüentemente, trouxe a necessidade de novas abordagens para atender a demanda desse público.

Com isso, ainda na década de 1970, surgiu o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), que promovia ações voltadas para a inclusão de jovens estudantes no mercado de trabalho, por meio do Bolsa Trabalho e o Bolsa Estudo, oferecendo recursos para sua manutenção nos cursos de ensino superior. No entanto, em 1980, o DAE foi extinto e suas responsabilidades foram descentralizadas para as instituições de ensino (IMPERATORI, 2017).

É importante ressaltar que o DAE não foi a primeira iniciativa voltada para a permanência estudantil. Thaís Imperatori (2017) aponta que durante a elaboração da Constituição de 1931 foi implantado no artigo 157, a necessidade de fornecer auxílio a alunos “necessitados” incluindo bolsas de estudos e assistência alimentar. Apesar disso, foi após o ano 2000, com a criação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), a utilização da nota do Exame Nacional Unificado (ENEM) para ser aplicado ao Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Programa Universidade para Todos (PROUNI), além da Lei n.º 12.711/2012, que incluiu diferentes perfis na universidade.

O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) teve como objetivo enfrentar os desafios estruturais e promover a expansão de vagas diante das limitações orçamentárias que afetavam as Instituições Federais de Ensino Superior (Bittencourt, Ferreira, 2014), acarretando uma infraestrutura precária e déficit de pessoal. Nesse sentido, o REUNI propôs a ampliação de vagas, criação de novos cursos, reestruturação das instituições existentes e formulação de políticas inclusivas. (Decreto n.º 6.096/2007). Essa iniciativa resultou em uma ampliação do número de universidades federais,

passando de 45 para 59, e das unidades de 148 para 274, distribuídas pelos municípios brasileiros (Paula, Almeida, 2020).

Além do REUNI, dois outros programas foram importantes para promover o acesso de estudantes de baixa renda ao ensino superior: o PROUNI e o SISU. O PROUNI oferece bolsas em universidades privadas para alunos pertencentes a famílias de baixa renda (BRASIL, 2005). Semelhantemente, o SISU, instituído em janeiro de 2010, facilita o acesso a cursos de graduação, ao oferecer vagas em universidades públicas, com base no desempenho no Enem (BRASIL, 2024). Por isso, entre 2000 e 2011 houve um crescimento de 114% no número de vagas e matrículas nas instituições de ensino (INEP, 2014).

Em 2012, a Lei n.º 12.711/2012 foi promulgada, marcando a criação de uma política que impactou o panorama do ensino superior. Conhecida como “Lei de Cotas”, representou um marco ao estabelecer a reserva de metade das vagas nas universidades federais para alunos advindos de escolas públicas, sendo destinada a estudantes com renda familiar bruta mensal de até um salário-mínimo por pessoa, além de contemplar pessoas negras, indígenas e pessoas com deficiência (BRASIL, 2024). Essa legislação representou um marco ao padronizar iniciativas anteriormente fragmentadas entre diversas universidades brasileiras, como a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade de Brasília (UnB) que foram as precursoras dessa política em 2004 (CLEM; VINHAL; CONCEIÇÃO, 2022).

O aumento do número de vagas acarretou uma diversificação do corpo discente, permitindo que alunos com baixo capital econômico e cultural acessassem a academia, um privilégio anteriormente restrito às classes mais favorecidas. Essa mudança é evidenciada pela Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Graduandos das IFES, realizada pelas instituições ANDIFES e FONAPRACE, que comparou suas edições de 1996 e 2018, mostrando um aumento no número de estudantes oriundos de escola pública, com renda de até um salário-mínimo e meio, e uma maioria de alunos negros. Na UFABC, os dados da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI) refletem uma realidade similar.

Diante desse panorama, surgiram necessidades de implementação de políticas capazes de mitigar as desigualdades socioeconômicas que poderiam dificultar a continuidade desses estudantes na graduação, como foi evidenciado pelo

Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto n.º 7.234 em 19 de julho de 2010. Este programa foi implantado com o objetivo de democratizar as condições de permanência na educação superior pública federal, minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais, reduzir as taxas de retenção e evasão, além de contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010).

Dentre os mecanismos de assistência estudantil, estão a Orientação e Aconselhamento. O termo “Aconselhamento” refere-se às atividades profissionais que ajudam indivíduos a lidar com problemas específicos, desempenhando um papel significativo nos serviços de orientação. Em geral, “Orientação” envolve fornecer assistência à alguém, no entanto, no contexto educacional, essa ideia está relacionada a um processo que visa auxiliar os indivíduos a tomarem decisões, tanto em suas vidas profissionais quanto pessoais e acadêmicas. O objetivo é que os estudantes desenvolvam-se de maneira equilibrada e consciente de suas habilidades e potenciais (Sood, 2016).

No que diz respeito à UFABC, é importante reconhecer as iniciativas de orientação e suporte acadêmico, como a Divisão de Ensino e Aprendizagem Tutorial (DEAT), o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Acadêmico (PADA) e também o Programa de Ensino e Aprendizagem Tutorial (PEAT), além de ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (ProAP), como a seção psicossocial, a qual é formada por psicólogos e assistentes sociais (UFABC, 2024).

Contudo, é preciso pontuar que há uma necessidade contínua de aprimoramento nessa área. Esses programas são fundamentais, não apenas para oferecer suporte aos alunos, mas também para combater a evasão, um problema que afeta principalmente estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, é o que evidencia uma análise realizada pela FAPESP.

Essa análise examinou os dados do Censo de Educação do Ensino Superior a partir de 2019 até o Censo de 2022 e aponta para uma diminuição, a partir de 2019, do número de estudantes que conseguem concluir a graduação em instituições públicas de ensino superior no Brasil, uma tendência que se agravou ainda mais após a pandemia de Covid-19. Em 2020, houve uma queda de 18,7% no número de formados em comparação com 2019.

Essa diminuição na taxa de formatura é atribuída a diversos fatores, incluindo a crise econômica, que intensificou necessidades para alguns grupos, culminando na inclusão de uma dupla jornada para estudantes (trabalho e estudo) ou até mesmo a priorização do emprego, perante as condições financeiras presentes na vida de milhares de famílias nesse período, levando ao abandono dos estudos.

Para além desses efeitos associados à crise econômica, especialistas também atribuem a evasão estudantil a uma desorganização dos mecanismos de apoio para estudantes economicamente vulneráveis, como bolsas de estudo e auxílios para moradia, alimentação e transporte. A redução do orçamento para esses programas, como o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), dificultou a permanência desses alunos nas universidades públicas (LOPES, 2023).

Com relação à UFABC, de acordo com dados da pró-reitoria de graduação da UFABC (PROGRAD), referentes ao ano de 2023, a universidade registrou cerca de 1600 casos de desligamentos de alunos (PROPLADI, 2023), mostrando também os impactos da pandemia dentro da universidade. Portanto, é evidente a necessidade de implementar e aperfeiçoar políticas para garantir que os estudantes, em especial os de baixa renda que, como apontado, foram mais afetados pela pandemia e sua consequente crise econômica, tenham acesso igualitário às oportunidades educacionais para promover sua permanência e sucesso acadêmico na UFABC.

Dessa forma, com base no contexto histórico e nas mudanças de perfil dos estudantes universitários ao longo dos anos, essa pesquisa se justifica pela necessidade de compreender os desafios que estudantes baixa renda ainda enfrentam na graduação, isso porque, ainda que diferentes políticas como o REUNI, PROUNI e SISU, tornem acessível o ingresso ao ensino superior, também evidenciam as disparidades sociais.

A análise das políticas de orientação e aconselhamento na UFABC se faz necessária, portanto, para identificar as lacunas e propor melhorias para diminuir os impactos dessas desigualdades, contribuindo para a redução da evasão e, conseqüentemente, promovendo um ambiente mais acolhedor aos estudantes durante sua trajetória acadêmica.

Estrutura da pesquisa

Considerando o contexto descrito, esta pesquisa tem como objetivo principal responder à seguinte pergunta: “Quais são os principais obstáculos enfrentados

pelos estudantes de baixa renda com relação à orientação e aconselhamento na UFABC?”, visando destacar as principais dificuldades dos estudantes em vulnerabilidade social em comparação àqueles que não se enquadram nesse perfil.

O trabalho se baseia em um estudo de iniciação científica realizado em 2022, que analisou a orientação e o aconselhamento no ensino superior, especificamente no contexto da Universidade Federal do ABC (UFABC). Utilizando dados do projeto CUIDAR UFABC, desenvolvido em 2020 e aprovado no Edital 20/2019, o objetivo do estudo também era fornecer subsídio para a UFABC avaliar as políticas de aconselhamento e orientação, de modo que os estudantes recebessem um suporte mais estruturado ao longo de sua jornada na UFABC. A partir dos resultados obtidos, esta pesquisa objetiva entender as necessidades específicas dos estudantes considerados de baixa renda em comparação aos outros estudantes.

Assim, essa análise foca nos alunos da UFABC que se enquadram na categoria socioeconômica de baixa renda. Para esta pesquisa, os estudantes de baixa renda são definidos em dois grupos principais:

1 - Estudantes em vulnerabilidade socioeconômica que recebem bolsa socioeconômica na graduação: De acordo com o Edital 01/2023, divulgado pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas, o público-alvo do processo seletivo para o programa de auxílios socioeconômicos são estudantes de graduação com renda familiar de até um salário mínimo e meio.

2 - Estudantes que ingressaram na universidade por meio de cotas por renda: A Lei n.º 12.711/2012 reserva 50% do total de vagas da instituição para estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a um salário mínimo per capita.

De modo geral, ao conceitualizar os estudantes de baixa renda nesta pesquisa, será possível identificar os desafios específicos enfrentados por esses estudantes em relação à orientação e ao aconselhamento na UFABC, servindo de base para as análises posteriores. Com isso, torna-se importante analisar o perfil dos alunos na UFABC, contextualizando o acesso ao ensino superior no Brasil e a diversificação do corpo discente ao longo das últimas décadas, consequência das políticas como o REUNI, PROUNI, SISU e a Lei de Cotas.

1. PERFIL DOS ALUNOS DA UFABC E PANORAMA DE ATENDIMENTO SOBRE A ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Entre as décadas de 1950 e 1970, houve um aumento descentralizado das Universidades Federais no Brasil, seguido por uma expansão significativa do número de estudantes na década de 1980 (Vasconcelos, 2010). Esse crescimento diversificou o acesso ao ensino superior, antes restrito às classes privilegiadas (NUNES, VELOSO, 2016), resultando na necessidade de novas medidas de apoio à permanência estudantil. Inicialmente, o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE) foi criado na década de 1970 para fornecer bolsas de estudo e assistência ao trabalho, mas foi extinto em 1980 (IMPERATORI, 2017). A inclusão de programas como o REUNI, PROUNI, SISU e a Lei de Cotas após 2000, além da Lei n.º 12.711/2012, aumentou ainda mais o acesso ao ensino superior, promovendo a expansão das universidades federais e garantindo oportunidades para grupos historicamente sub-representados.

Essa diversificação do corpo discente pode ser observada também na pesquisa intitulada de Pesquisa nacional de perfil socioeconômico e cultural dos graduandos dos IFES, realizada pelas instituições ANDIFES e FONAPRACE. Na primeira edição, em 1996, antes da implantação do PNAES e REUNI, somente 44% dos estudantes participantes da pesquisa tinham uma renda de “até um salário-mínimo e meio”, em 2014 esse número aumentou para 66% e, em 2018, chega a 70%.

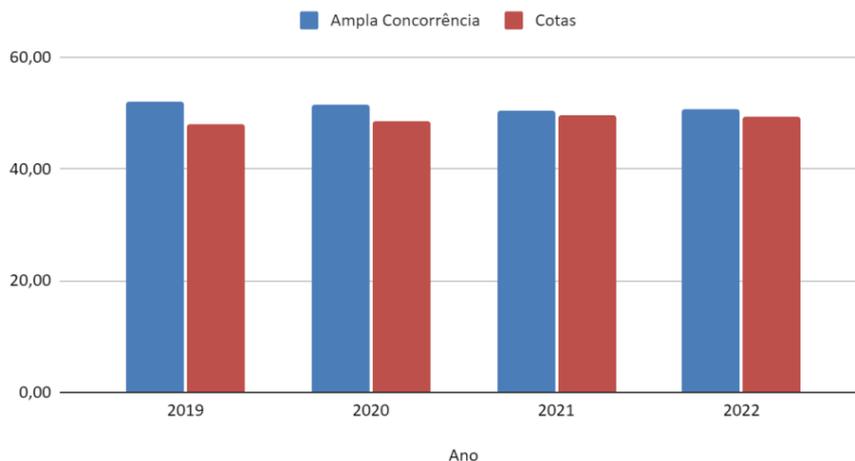
Além disso, a pesquisa também mostra que em 2018, 42% dos ingressantes dessa amostra acessaram a universidade por meio das cotas e 65%, que representa a maioria absoluta das 65 IFES analisadas, cursaram o ensino médio em escolas públicas e, por último, há um aumento significativo do percentual de negros, representando quase 52% dos estudantes.

Na UFABC, há avanços em relação à inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social. Isso inclui a implementação de cotas para pessoas trans (transexuais, transgêneros e travestis) e para refugiados, além de outras cotas destinadas a estudantes pretos, pardos e indígenas (PPI) e àqueles provenientes de escolas públicas (UFABC, 2022). Essas políticas de acesso evidenciam que há uma variedade de perfis de estudantes que frequentam a graduação.

Na Tabela 1, formulada por meio de dados da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLADI), é possível observar que em 2019 havia,

percentualmente, uma maior distinção entre alunos que ingressaram por ampla concorrência ou por meio de alguma política de cotas, entretanto, essa diferença tendeu a diminuir até 2022.

Gráfico 1: Quantidade de alunos na UFABC, por forma de ingresso.



Fonte: Propladi

Ao analisar detalhadamente a porcentagem de alunos que ingressam mediante cotas, é possível verificar que, em sua maioria, os estudantes ingressam por meio de cotas destinados a alunos oriundos de Escola Pública (17,76%), depois, Escola Pública + Renda (12,49%) e, por fim, Escola Pública + PPI (8,53%), conforme apresenta a Tabela 1.

Tabela 1: Quantidade de alunos que ingressam na UFABC através de cotas (2019–2022).

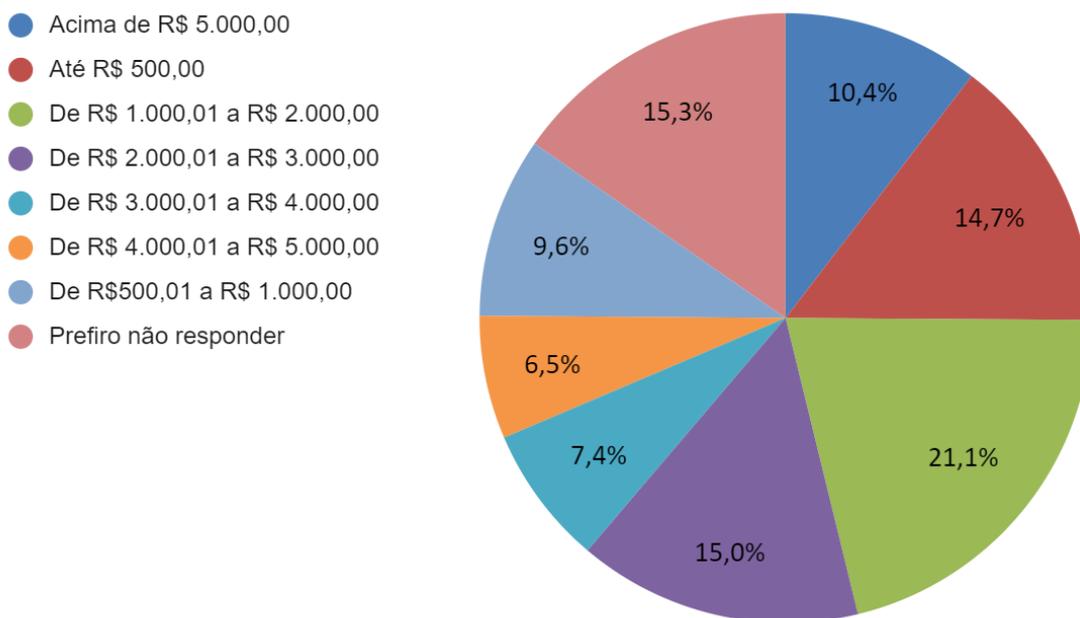
Forma de ingresso	2019	2020	2021	2022
Ampla Concorrência	52,14	51,54	50,39	50,62;
Escola Pública	17,76	17,13	17,28	16,78
Escola Pública + PCD	0,14	0,18	0,19	0,22
Escola Pública + PCD + PPI	0,04	0,06	0,05	0,05
Escola Pública + PCD + Renda	0,06	0,10	0,09	0,11
Escola Pública + PCD + Renda + PPI	0,03	0,06	0,07	0,07
Escola Pública + PPI	8,53	8,35	8,61	8,53
Escola Pública + Renda	12,49	13,00	13,49	13,62
Escola Pública + Renda + PPI	7,47	7,99	8,19	8,34

PCD	1,17	1,21	1,15	1,11
Refugiado(a)	0,02	0,03	0,03	0,02
Refugiado(a) + Renda	0,01	0,01	0,01	0,01
Pessoas trans	0,10	0,19	0,29	0,36
Pessoas trans + Renda	0,04	0,13	0,14	0,15

Fonte: Propladi

Além disso, a UFABC realiza anualmente uma pesquisa para mapear os perfis dos discentes de graduação, nesse sentido, disponibiliza os dados brutos para subsidiar avaliações institucionais. O Gráfico 2 mostra que cerca de 15% dos estudantes recebem o valor de “Até R\$ 500,00”, 7,4% recebem “De R\$ 500,01 a R\$ 1.000,00” e, 21,1% recebem “De R\$ 1.000,01 a R\$ 2.000,00”, isso significa que quase 50% dos alunos que responderam à pesquisa possuem uma renda de até um salário-mínimo e meio.

Gráfico 2: Porcentagem de aluno da UFABC, por renda.



Fonte: Propladi

Sabe-se que somente a renda não é suficiente para entender a realidade socioeconômica de uma pessoa, entretanto, esses dados são indicativos que apontam que os perfis dos estudantes que ingressam na universidade são diferentes

daqueles apresentados na primeira pesquisa realizada pela ANDIFES e FONAPRACE em 1996, e que a UFABC também tem caminhado na direção de diversificar o corpo docente.

Considerando a ampliação do acesso e modificação do perfil do estudante universitário, as políticas de permanência buscam operar, de modo geral, para que as vulnerabilidades sociais não se tornem obstáculos para a continuidade dos estudos desses alunos. Nesse ínterim, pode-se afirmar que as questões socioeconômicas têm impacto na continuidade dos estudos e, nas palavras de Felicetti e Morosini (2009):

As “questões como sexo, raça, condições socioeconômicas, idade ou deficiências não podem ser fatores que venham a se tornar obstáculos para o acesso, para a participação, ou para os resultados obtidos no Ensino Superior.

2. A IMPORTÂNCIA DA ORIENTAÇÃO E DO ACONSELHAMENTO NO ENSINO SUPERIOR PARA JOVENS BAIXA RENDA

A preocupação com a orientação e o aconselhamento no ensino superior não se restringe apenas ao âmbito nacional, mas ganha relevância também em um contexto internacional. Como parte dos esforços para alcançar as metas e objetivos do Desenvolvimento Sustentável, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) reconhece a importância de ampliar e desenvolver serviços de orientação de carreira e aconselhamento, promovendo um acompanhamento de aprendizagem dos estudantes (UNESCO, 2024).

A orientação e o aconselhamento oferecidos pelas instituições de ensino superior representam o apoio dado nas esferas profissionais, emocionais e acadêmicas dos alunos. Como destacado por Sood (2016), esses serviços desempenham um papel importante no desempenho dos estudantes e em sua adesão à instituição. Portanto, será analisado nos próximos parágrafos como essas esferas se relacionam e interferem na trajetória dos alunos de baixa renda.

Além do ingresso no mercado de trabalho, a orientação vocacional tem como objetivo principal “instrumentalizar a escolha e a construção da identidade profissional pela via do autoconhecimento e da articulação entre o conhecimento dos aspectos implicados no 'mundo do trabalho' e o universo subjetivo de cada orientando” (VALORE, 2010, p. 68). É importante ressaltar que programas de orientação de carreira contribuem não apenas para o desempenho acadêmico dos universitários, mas também para sua permanência na instituição (Lassance et al., 2009).

Convém mencionar, também, que há uma tendência maior de evasão quando a família do estudante não concorda com o curso escolhido ou quando o estudante não enxerga uma carreira promissora na área (Gibson, 1998, apud Junior, Real, 2017), aspectos que evidenciam ainda mais a necessidade de um acompanhamento vocacional.

Ao analisarmos especificamente os desafios enfrentados por alunos de baixa renda, recorreremos à teoria de Pierre Bourdieu (1999), que discute como as desigualdades econômicas interferem no sucesso escolar. Em sua obra “Escritos de Educação”, Bourdieu explora os três estados da capital cultural, incluindo o Estado Incorporado. Neste estado, os aprendizados adquiridos de forma “natural” em

espaços privilegiados contribuem para diferenciação social, aspecto que pode colocar os alunos de baixa renda em desvantagem ao não terem acesso a esses mesmos espaços.

Dessa maneira, pode-se inferir que alunos de baixa renda não possuem, muitas vezes, as informações importantes para acessar o mercado de trabalho. Além disso, determinantes externos, como a discriminação e a pobreza, podem restringir o acesso à educação, impactando diretamente as oportunidades de emprego e como um estudante as percebe (Felicetti, Morosini, 2009).

Com base nos estudos citados por Vargas e Paula (2012), que analisam a relação entre renda e condição de trabalho nos cursos superiores, é possível observar que as faixas mais baixas de renda salarial estão associadas ao trabalho do estudante, enquanto as faixas mais altas são alcançadas independente da participação do trabalho do aluno. Assim, essa situação se apresenta de forma injusta: a baixa renda surge às custas do trabalho do estudante comprometendo sua dedicação acadêmica, enquanto a alta renda é gerada independentemente do trabalho do graduando, que pode se dedicar totalmente aos estudos em um ambiente familiar economicamente estruturado.

As autoras também pontuam que grande parte das dificuldades e do fracasso escolar está relacionada à dificuldade de conciliar estudo e trabalho. Muitos estudantes enfrentam um esgotamento devido à dupla jornada e, apesar do discurso de democratização da educação superior e redução das desigualdades sociais, os trabalhadores-estudantes no Brasil frequentemente se vêem abandonados.

Com relação às questões acadêmicas, que se categoriza como apoio no processo de aprendizado, colaborando para a compreensão do currículo acadêmico, métodos de ensino, disciplina e relação com os professores (Sood, 2016), apoiando os estudantes a traçarem seu percurso acadêmico com base em suas habilidades, metas e interesses. Além de auxiliar os alunos a desenvolver hábitos de estudo e facilitar sua adaptação ao ambiente escolar e universitário. Nessa visão, pode-se destacar que pessoas advindas de escolas privadas possuem uma entrada e uma adaptação ao Ensino superior de forma menos abrupta, porque, muitas vezes, esses indivíduos já vem consolidando o ofício de ser estudante, termo cunhado por Alain Coulon (2017), ao longo de sua trajetória estudantil.

Coulon (2017) destaca a massificação do ensino superior, tanto público

quanto privado, mas ressalta que essa democratização do acesso não foi acompanhada por uma democratização do saber. Nem todos os alunos que ingressam na universidade conseguem obter sucesso, seja desistindo ou enfrentando dificuldades para se adaptar ao novo ambiente. Portanto, o sucesso formativo, para Coulon, passa pela aprendizagem do “ofício do estudante”, que envolve uma sensação de pertencimento e aquisição das competências necessárias para o contexto universitário.

Portanto, o problema não está mais em acessar a universidade, mas sim em se manter nela e ter sucesso formativo. Para o autor, esse “sucesso” passa pela aprendizagem do “ofício do estudante”. Esse Ofício, perpassa pela afiliação que, de maneira geral, significa que o estudante se sente pertencido e possui as competências dos outros membros que frequentam aquele cenário. Nas palavras do autor: “um membro competente categoriza o mundo da mesma maneira que os demais membros” (p.1244, 2017).

Diante desse processo de afiliação, o estudante pode também sofrer violências simbólicas, um conceito desenvolvido por Bourdieu (1999). Segundo o autor, essa forma de violência não é física, mas se manifesta entre diferentes grupos por meio da imposição inconsciente de normas e valores. Assim, quando estudantes precisam se adaptar ao ambiente acadêmico, enfrentam obstáculos que podem estar vinculados a um ensino defasado. Nesse processo, não há uma valorização das experiências e conhecimentos que esses estudantes trazem consigo, e eles são pressionados a se conformar com as expectativas e padrões estabelecidos pelos grupos dominantes, tendendo a se assemelhar aos demais. (Clem, Vinhal e Conceição, 2022).

Assim, os estudantes se veem tendo que abandonar a maioria dos processos e experiências anteriores e, ao mesmo tempo, tendo que entender, conhecer e se adaptar a esse novo meio, aprendendo o ofício de ser estudante, com o objetivo de ter sucesso formativo.

Nesse contexto, as relações interpessoais contribuem para o crescimento emocional, social e mental das pessoas, isso porque a vida apresenta desafios e diversos elementos contextuais que podem afetar psicologicamente a rotina dos alunos. Além disso, existem as pressões familiares e sociais, conforme destacado por Moraes, Mascarenhas & Ribeiro (2010). Esses fatores podem influenciar o

percurso acadêmico, levando a uma redução na capacidade de raciocínio, memorização e interesse pelo processo de estudo, ensino e aprendizagem.

Portanto, a adaptação e o sentimento de pertencimento dos estudantes de baixa renda, particularmente aqueles provenientes de escolas públicas, passam por um processo de afiliação. Quando essa afiliação não ocorre, pode-se observar um impacto negativo no bem-estar e no desenvolvimento acadêmico desses alunos, tendo em vista o aspecto indissociável do desenvolvimento cognitivo com o desenvolvimento socioemocional.

Diante do exposto, torna-se evidente a importância da orientação e do aconselhamento no ensino superior, especialmente para estudantes de baixa renda. Esses serviços desempenham um papel fundamental não apenas na inserção profissional dos estudantes, mas também na construção de suas identidades profissionais e no seu desempenho acadêmico, perpassando, portanto, por aspectos psicológicos, profissionais e acadêmicos e colaborando para a permanência estudantil.

É importante ressaltar que a evasão estudantil não afeta apenas os próprios estudantes, mas também tem repercussões econômicas e sociais. Hoffmann (2016) destaca que a evasão resulta em prejuízos financeiros para as instituições de ensino e para a sociedade como um todo, pois impede o retorno do investimento realizado no processo educacional. A permanência estudantil, portanto, não apenas contribui para o sucesso individual dos alunos, mas também para o funcionamento eficiente do sistema educacional e para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Assim, fica claro que a implementação e aprimoramento de políticas de orientação e aconselhamento são fundamentais para garantir a equidade no ensino superior e para promover o desenvolvimento acadêmico, profissional e social dos alunos, especialmente daqueles provenientes de famílias de baixa renda.

3. METODOLOGIA

Esse estudo foi desenvolvido por meio de uma análise quantitativa e qualitativa. Em um primeiro momento, o método quantitativo utiliza aspectos quantificáveis, na coleta e no tratamento de dados, mediante técnicas estatísticas como percentual e média (Günther, 2006). Dentre as opções para realizar uma pesquisa nesses termos está a análise quantitativa descritiva, que objetiva analisar e descrever as principais tendências entre um conjunto de dados, este que será utilizado para realizar a interpretação sistemática dos dados coletados e elaboração da análise final.

Os questionários desenvolvidos e divulgados entre 23 de outubro e 20 de novembro de 2020 (aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, NÚMERO DA CAAE: 33553020.3.0000.5594), foram respondidos por discentes de diferentes anos de ingresso, os quais responderam às questões descritas de forma online, através do Google Forms. Com isso, foram obtidas 263 respostas para os discentes, significando 1,6% dos alunos da UFABC (UFABC em números, 2021).

Nesse aspecto, esse documento foi desenvolvido em quatro grandes áreas e abrange as seguintes temáticas: perfil do estudante, informações sócio-emocionais, orientação sobre sua vida profissional e orientação sobre plano de estudos. No primeiro bloco, o objetivo era conhecer o respondente e traçar o perfil do discente, no segundo, compreender as questões profissionais, seguida pelas emocionais e por fim, a relação do estudante com os estudos.

Nesse questionário os discentes da UFABC de diferentes anos e docentes do Programa de Ensino e Aprendizagem Tutorial (PEAT) responderam às questões descritas de forma online, através do Google Forms, em 32 questões distribuídas nas 4 grandes áreas. A divulgação foi realizada via E-mail, WhatsApp, Instagram e Facebook.

Posteriormente, entrevistas foram analisadas via análise de conteúdo, que identificará, através da fala dos entrevistados, semelhanças e pontos de atenção para a realização do panorama que irá compilar todas as dificuldades e necessidades expostas pelos discentes.

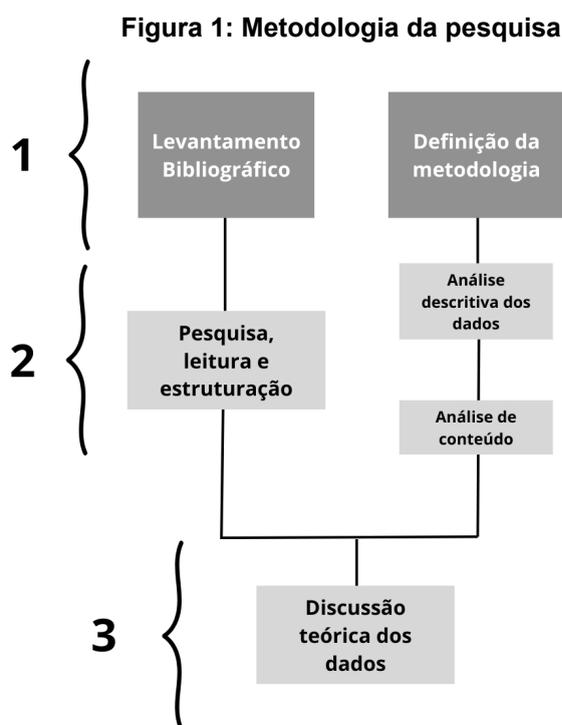
As entrevistas tiveram o objetivo de aprofundar alguns temas já abordados nos questionários e possibilitar uma oportunidade dos estudantes trazerem maiores detalhes sobre a temática estudada.

A condução das entrevistas foi realizada pelas bolsistas e voluntários do CUIDAR. No total, foram entrevistados 10 estudantes por meio da ferramenta do Google Meet, com reuniões que duraram entre 40 minutos e 1 hora no período de 07 a 15 de dezembro de 2020.

O instrumento de pesquisa utilizado foi a entrevista em profundidade a partir de um roteiro semi-estruturado dividido em cinco sessões, abrangendo temas como situação social e emocional, plano pedagógico, orientação para os estudos e orientação profissional. As perguntas foram compostas por questões abertas com espaço para os respondentes exporem seus posicionamentos e suas experiências na Universidade. Durante as entrevistas, os pontos principais das questões foram **classificados** em um documento organizado previamente, mas também existe a gravação de todas as entrevistas, com seus respectivos termos de autorização.

As entrevistas foram **examinadas** através da análise de conteúdo, que visa identificar, por meio da fala dos entrevistados, semelhanças e pontos de atenção para a realização do panorama que irá compilar todas as dificuldades e necessidades expostas pelos discentes.

Nesta análise, serão utilizados os dados captados pelo Projeto Cuidar (edital melhoria do ensino 20/2019). A Figura 1 estrutura as etapas da metodologia.



Fonte: Elaborada pelo autor

Este estudo prevê, portanto, a estruturação em três etapas: Levantamento bibliográfico; Análise dos dados quantitativos e qualitativos e discussão teórica dos dados.

1. Levantamento bibliográfico

A primeira etapa é o levantamento bibliográfico, de modo a realizar a exposição de conceitos e aprofundamento teórico sobre a temática. Para isso, foi realizado um levantamento nas bases bibliográficas certificadas, dentro das quais estão, periódicos da CAPES, Scielo, Repositório de universidades reconhecidas, relatórios da UFABC, como os dados da UFABC em números, conteúdos disponibilizados na Revista Portuguesa de Pedagogia, Artigos da Constituição Federal e documentos e materiais disponibilizados no site da Câmara Legislativa.

2. Questionário

A segunda etapa é a organização e análise dos dados coletados por meio dos questionários.

2.1. Amostra

Para esta análise, a amostra foi dividida em dois grupos: “Baixa renda” e “Não-baixa renda”. A separação dos grupos e a realização da comparação foram feitas utilizando os seguintes critérios filtrados no formulário:

2.1.1 Grupo Não-baixa Renda

Este grupo é composto por 201 pessoas. Para a sua definição, foram aplicados os seguintes filtros:

- **Forma de ingresso:** ampla concorrência; escola pública; escola pública + PPI (Pretos, Pardos e Indígenas); não sei informar; Pessoa com Deficiência (PCD); PCD + escola pública; Transferência Externa.

- **Tipo de auxílio/bolsa de ação afirmativa:** Bolsa de Iniciação Científica; Bolsa de Projeto de Extensão; Não se Aplica.

2.1.2. Grupo Baixa Renda

Este grupo é composto por 62 pessoas. Para a sua definição, foram aplicados os seguintes filtros:

- **Forma de ingresso:** Auxílio Permanência; Auxílio Permanência + Auxílio Alimentação; Auxílio Permanência + Auxílio Alimentação (RU) + Auxílio Moradia; Não Recebo Mais; Já Recebi.
- **Tipo de auxílio/bolsa de ação afirmativa:** Escola Pública + Baixa Renda; Escola Pública + Baixa Renda + PPI.

O critério para a definição do grupo “Não-baixa Renda” foi baseado na possibilidade de ingresso na universidade por ampla concorrência ou outras formas que não envolvem comprovante de renda baixa. Já o grupo “Baixa Renda” foi definido com base nos seguintes aspectos:

- a) **Edital da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários (PROAP) - Edital N.º 1/2023:** Este edital permite a inscrição de pessoas com renda per capita de até 1 salário-mínimo e meio, considerando também aspectos como local de moradia e emprego. Portanto, foram selecionadas as pessoas que se beneficiaram de auxílios destinados a quem possui uma renda familiar baixa.
- b) **Cotas e Comprovação de Renda:** Foram incluídos também aqueles que ingressaram na universidade por meio de cotas e tiveram renda familiar bruta per capita igual ou inferior a 1 salário-mínimo. Mesmo que, posteriormente, esses indivíduos não utilizem algum auxílio da universidade, eles já comprovaram uma situação de fragilidade econômica no momento do ingresso.

2.2. Análise descritiva

O método escolhido para a análise dos dados do questionário será a Análise Descritiva. Esta metodologia consiste em organizar, resumir e descrever as

principais tendências nos dados existentes. Dessa forma, as ferramentas utilizadas para esse tipo de análise incluem gráficos, tabelas, além de medidas como porcentagem, índices e médias (Reis, Reis, 2002).

3. Entrevista

A segunda etapa é a organização e análise dos dados coletados por meio dos questionários.

3.1. Amostra

Para as entrevistas, foram selecionados 4 estudantes de baixa renda que ingressaram na universidade mediante cotas (Escola Pública + Baixa Renda).

3.2. Análise de conteúdo

As entrevistas serão analisadas utilizando o método de análise de conteúdo, que visa identificar similaridades e peculiaridades entre os respondentes.

6. RESULTADOS E ANÁLISES

Como pontuado na revisão bibliográfica, o processo de orientação na educação tem como objetivo acompanhar o estudante na tomada de decisões relacionadas a questões profissionais, pessoais e acadêmicas, de forma que os discentes consigam tomar decisões mais conscientes e equilibradas com seus projetos de vida (Sood, 2016).

Nesse contexto, sabe-se que a UFABC tem desenvolvido programas de orientação por meio do DEAT, e isso mostra que a Universidade está disposta a apoiar as dificuldades dos alunos matriculados e também acompanhá-los diante de uma trajetória que seja mais tranquila e coerente com seus objetivos. Diante desse cenário, o Projeto Cuidar desenvolveu um questionário e norteou entrevistas para os alunos serem ouvidos e para ser possível entender quais melhorias são necessárias para que o alcance desses programas sejam cada vez maiores, mas mais do que isso, que os alunos sejam cada vez mais beneficiados e que possam alcançar suas potencialidades.

Este capítulo de resultados e análises se dedica em trazer os dados dos questionários respondidos pelos discentes e docentes da UFABC no contexto do projeto CUIDAR, desenvolvido em 2020. Estes dados são analisados e complementados com os dados obtidos das entrevistas individuais realizadas com docentes e discentes da UFABC. As entrevistas tiveram o objetivo de aprofundar alguns temas já abordados nos questionário e possibilitar uma oportunidade dos docentes e dos estudantes trazerem outras informações ou informações mais detalhadas sobre a temática estudada.

A partir dessas análises será possível entender a perspectiva dos estudantes que enquadrados como alunos baixa renda por meio de um estudo comparativo, de modo que seja possível compreender a visão de todos os estudantes acerca do processo de orientação e aconselhamento, mas especialmente entender quais aspectos são mais desafiadores àqueles alunos em vulnerabilidade financeira.

1 - Perfil dos alunos

Entrevista

Abaixo segue uma tabela resumida com as informações sobre o perfil dos estudantes entrevistados e classificados como baixa renda, considerando exclusivamente a forma de ingresso. Essa categorização foi feita devido à ausência de dados mais detalhados sobre as condições financeiras e sociais dos participantes.

Além disso, em consonância com o item “e” do termo de consentimento aceito pelos respondentes, não será divulgado a identidade de nenhum participante, como segue:

“Da garantia de sigilo e privacidade. As informações obtidas serão analisadas em conjunto com as de outros voluntários, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante” (Termo de consentimento, 2020).

Tabela 2: Perfil dos entrevistados categorizados como “baixa renda”.

Nome Fictício	Período	Curso de Ingresso	Curso Específico	Forma de Ingresso
Lucas Almeida	Matutino	BC&H	Relações Internacionais	Escola Pública + Baixa renda
Daniel Oliveira	Noturno	Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T)	Engenharia Aeroespacial	Escola Pública + Baixa renda
Felipe Costa	Matutino	Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T)	Neurociência	Escola Pública + Baixa renda
Beatriz Mendes	Matutino	Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T)	Bacharelado em Ciência e Tecnologia – SA	Escola Pública + Baixa renda

Fonte: Elaborada pelo autor

Questionário

Na primeira parte do questionário, os alunos forneceram informações gerais sobre sua jornada na graduação, como ano de ingresso, bacharelado interdisciplinar e Pós-BI, além de pontuar se receberam bolsa ou auxílio da UFABC. Essas

respostas permitiram traçar o perfil dos respondentes e iniciar o processo de comparação entre os dois grupos analisados, o que é fundamental para compreender melhor as outras respostas do questionário.

Os resultados da Tabela 1 mostram uma variação nos anos de ingresso dos estudantes, o que é positivo, pois engloba tanto alunos que já estão na universidade há vários anos quanto aqueles que ingressaram recentemente. Essa diversidade permite observar as dificuldades enfrentadas por estudantes em diferentes estágios de vivência no ambiente universitário: discentes que já conhecem o espaço universitário, quanto aqueles que continuam se integrando a esse novo ambiente. Apesar dessa variedade, mais da metade dos respondentes ingressou na universidade entre 2016 e 2019, representando mais de 50% da amostra em ambos os grupos. Especificamente no grupo de baixa renda, observa-se uma tendência crescente de ingressos a partir de 2017 (8,33%), atingindo um pico em 2019 (45,83%), seguido por uma queda em 2020 (4,17%). Como o formulário foi respondido em 2020, a pesquisa representa a experiência de estudantes de baixa renda que, em sua maioria, continuam se adaptando ao ambiente universitário, o que pode colaborar com o aparecimento de sentimentos mais intensos e desafios específicos desse período.

Tabela 3: Ano de ingresso dos discentes respondentes.

Ano de ingresso na UFABC	Ano de ingresso na UFABC	Maior estabilidade (%)	Baixa renda (%)
	2011	2,99%	-
2012	2,49%	4,17%	
2013	1,49%	-	
2014	5,97%	-	
2015	9,95%	4,17%	
2016	12,94%	4,17%	
2017	20,40%	8,33%	
2018	22,89%	29,17%	
2019	15,92%	45,83%	
2020	5,98%	4,17%	
Total geral	100,00%	100,00%	

Fonte: Elaborada pelo autor

A amostra também revela uma diferença entre os grupos no que diz respeito ao período de estudo. Enquanto a maioria dos estudantes não baixa renda estuda no período noturno, representando 54,74% da amostra, para os estudantes baixa renda é o oposto: majoritariamente no período matutino (51,61%). Isso pode estar relacionado ao fato de que muitos estudantes de baixa renda ingressaram recentemente na universidade e ainda não estão trabalhando, permitindo maior flexibilidade de horário para cursar disciplinas no período da manhã.

Tabela 4: Período de estudos.

Período	Maior estabilidade (%)	Baixa renda (%)
Matutino	45,27%	51,61%
Noturno	54,73%	48,39%
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Com relação ao curso de ingresso, a maioria dos respondentes, em ambos os grupos, afirmam ingressar através do Bacharelado de Ciência e Tecnologia (BC&T), que representa quase 60% da amostra coletada.

Tabela 5: Curso de Ingresso.

Curso de ingresso?	Não baixa renda (%)	Baixa renda (%)
Bacharelado em Ciência e Humanidades	39,81%	46,77%
Bacharelado em Ciência e Tecnologia	60,20%	53,23%
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

A tabela seguinte detalha os cursos específicos dos respondentes, revelando uma diversidade de escolhas, o que contribui para uma variedade de perspectivas dentro da pesquisa. Apesar da variedade, há alguns cursos que possui maior representatividade, como o caso de Relações internacionais, com quase 20% para ambos os grupos, Ciência Econômica, com quase 8% para não baixa renda e 12% para baixa renda e, por último, o Bacharelado em Ciência e Tecnologia que representa quase 11% para baixa renda e 10% aos considerados baixa renda.

Tabela 6: Curso específico dos estudantes respondentes.

Qual o seu curso específico?	Não baixa renda (%)	Baixa renda (%)
Bacharelado em Biotecnologia	1,49%	1,61%
Bacharelado em Ciência da Computação	2,49%	8,06%
Bacharelado em Ciência e Tecnologia – SA	10,45%	9,68%
Bacharelado em Ciência e Tecnologia – SBC	4,48%	6,45%
Bacharelado em Ciências e Humanidades	3,48%	3,23%
Bacharelado em Ciências Econômicas	7,96%	11,29%
Bacharelado em Filosofia	1,49%	1,61%
Bacharelado em Física	1,00%	1,61%
Bacharelado em Matemática	1,00%	-
Bacharelado em Neurociência	4,48%	8,06%
Bacharelado em Planejamento Territorial	1,99%	3,23%
Bacharelado em Políticas Públicas	5,97%	6,45%
Bacharelado em Química	2,99%	3,23%
Bacharelado em Relações Internacionais	19,40%	19,35%
Engenharia Aeroespacial	4,98%	-
Engenharia Ambiental e Urbana	1,49%	1,61%
Engenharia Biomédica	2,49%	3,23%
Engenharia de Energia	1,99%	3,23%
Engenharia de Gestão	7,46%	1,61%
Engenharia de Informação	1,99%	-
Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica	2,49%	1,61%
Engenharia de Materiais	4,48%	-
Licenciatura em Ciências Humanas	0,50%	-
Licenciatura em Ciências Naturais e Exatas	-	1,61%
Licenciatura em Filosofia	0,50%	3,23%
Licenciatura em Física	1,00%	1,61%

Qual o seu curso específico?	Não baixa renda (%)	Baixa renda (%)
Licenciatura em Matemática	1,00%	-
Licenciatura em Química	1,00%	-
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Outro ponto relevante é a forma de ingresso dos estudantes, que foi um dos marcadores utilizados para diferenciar os grupos analisados, como pontuado na metodologia. Considerando esse contexto, era esperado que os itens como Escola Pública + Baixa Renda predominassem no grupo de baixa renda. No entanto, é importante notar que o grupo de baixa renda foi definido não apenas pela forma de ingresso, mas também pelo recebimento de algum tipo de benefício da universidade. Isso explica a presença de estudantes de baixa renda com diferentes formas de ingresso, mas que ainda assim se qualificam para a análise por estarem recebendo auxílio.

Tabela 7: Forma de Ingresso.

Forma de ingresso	Não baixa renda (%)	Baixa renda (%)
Ampla concorrência	62,19%	16,13%
Escola Pública	21,89%	8,06%
Escola Pública + PPI (Pretos, Pardos e Indígenas)	7,46%	4,84%
Não sei informar	0,50%	-
Pessoa com Deficiência (Pcd)	1,00%	1,61%
Pcd + escola pública	0,50%	-
Transferência Externa	6,47%	-
Escola Pública + Baixa renda	-	54,84%
Escola Pública + Baixa Renda + PPI	-	14,52%
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Da mesma forma, a pergunta sobre o recebimento de auxílio ou bolsa de ação afirmativa revela que a maioria dos estudantes de baixa renda recebe algum tipo de apoio financeiro. O Auxílio Permanência, de maneira isolada (21%) ou combinado com Auxílio Alimentação (20%) e Auxílio Moradia (quase 13%), é o mais comum,

representando as principais formas de suporte oferecidas pela universidade para garantir a permanência desses estudantes.

Tabela 8: Forma de Ingresso

Auxílio/Bolsa de ação afirmativa	Não baixa renda (%)	Baixa renda (%)
Bolsa de Iniciação científica	0,50%	0,00%
Bolsa de projeto de extensão	0,50%	0,00%
Auxílio Permanência	-	20,97%
Auxílio Permanência, Auxílio Alimentação (RU)	-	19,35%
Auxílio Permanência, Auxílio Alimentação (RU), Auxílio Moradia	-	12,90%
Auxílio Permanência, Auxílio Moradia	-	1,61%
Não recebo no momento, mas já recebi Auxílio Moradia e Auxílio Permanência	-	1,61%
Não se aplica	99,00%	43,55%
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

De maneira geral, os dados revelam pequenas diferenças entre os estudantes de baixa renda e não baixa renda na UFABC. A maioria dos respondentes ingressou na universidade entre 2016 e 2019, com uma tendência crescente de ingressos no grupo de baixa renda a partir de 2017, atingindo um pico em 2019. Esse grupo, em sua maioria, estuda no período matutino (51,61%), enquanto a maioria dos estudantes não baixa renda estuda no período noturno (54,73%).

Com relação ao ingresso, a maioria dos estudantes em ambos os grupos ingressou pelo Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T), com 60,20% no grupo de não baixa renda e 53,23% no grupo de baixa renda. Quando analisados os cursos específicos, se destacam Relações Internacionais, com aproximadamente 20% dos estudantes em ambos os grupos, e Ciências Econômicas, com 11,29% dos estudantes de baixa renda.

Como destacado, a forma de ingresso e os detalhes sobre as bolsas socioeconômicas foram os principais critérios para a definição dos grupos analisados. Portanto, é natural que haja uma predominância de estudantes que

recebem auxílio socioeconômico e que ingressaram na universidade por meio de cotas voltadas para indivíduos de baixa renda no grupo denominado “baixa renda”.

6.1. Orientação sobre a vida profissional

Essa seção do questionário foi direcionada à vida profissional, denominada por Sood (2016) como área vocacional. Nesse sentido, é preciso considerar que a dupla-jornada (estudo e trabalho) impacta a rotina de todos os estudantes, entretanto, há um grupo que pode estar mais vulnerável ao conciliar trabalho e estudo.

Como pontuado na revisão bibliográfica, as faixas mais baixas de salário estão atreladas ao trabalho dos discentes, enquanto as faixas mais altas são alcançadas com pouca participação dos estudantes (Vargas e Paula), ou seja, os alunos com uma base financeira mais sólida podem abdicar de trabalhar e permanecer somente nos estudos, pois continuarão com o mesmo padrão de vida. Essa segurança pode influenciar suas escolhas e trazer mais flexibilidade para ingressar em um trabalho mais apropriado e com melhores benefícios.

Dessa maneira, a orientação vocacional se torna essencial ao se comprometer não só em direcionar o apoio da instituição para os estudantes ingressarem no mercado de trabalho, mas também ao colaborarem para que haja uma identificação de carreira e de interesses profissionais futuros, aspectos que podem contribuir não apenas com o desempenho acadêmico, mas também para a permanência desses discentes na instituição (Lassance et al., 2009).

Para tanto, as perguntas dessa seção objetivaram entender a situação dos respondentes no mercado de trabalho, a forma com que conseguem administrar a vida profissional e estudantil, suas motivações e, principalmente, entender, quais as semelhanças e diferenças entre os dois grupos que estão sendo estudados nesta pesquisa.

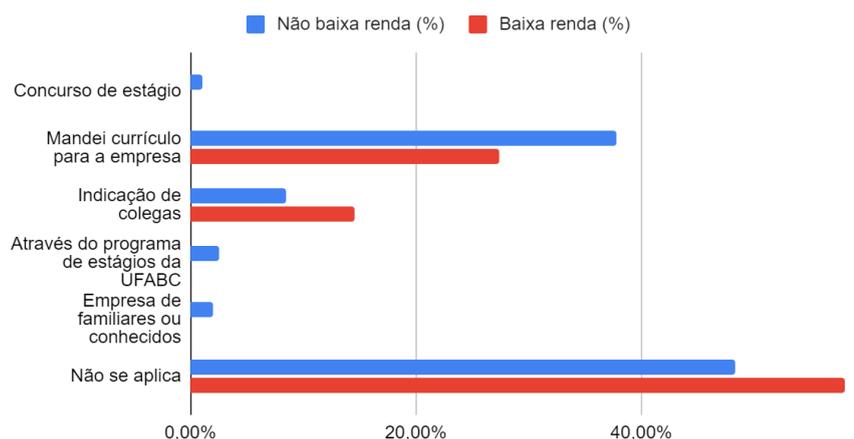
Nesse sentido, a primeira questão tem em vista entender como o estudante encontrou o estágio. Ao analisarmos o gráfico, é possível avaliar que há bastante similaridade entre os dois grupos. Ambos, encontram-se principalmente por meio de currículo enviado para a empresa, representando 37,81% para os estudantes não baixa renda e 27,42% para estudantes de baixa renda. Outro item que se destaca é a “indicação de colegas” (8,46% para estudantes não baixa renda e quase 15% para o segundo grupo), entretanto, uma parcela do grupo de não baixa renda também

ingressam ao mercado de trabalho por meio de programas de estágio da UFABC (2,50%) e por empresas de familiares e conhecidos (2%), dados que não aparecem para o grupo de baixa renda.

Essa visão condiz com o que foi discutido anteriormente, ao falarmos sobre capital cultural (Bourdieu, 1999), onde pessoas de baixa renda, por sua condição, podem não ter acesso a determinados lugares e pessoas que poderiam favorecer essa vivência e os colocar espaços de privilégio para ingressar em novas oportunidades de emprego, como destaca o gráfico abaixo.

Gráfico 3: Métodos utilizados pelos respondentes para encontrar o estágio obrigatório.

Se você já realizou estágio obrigatório e/ou complementar, como encontrou esse estágio?



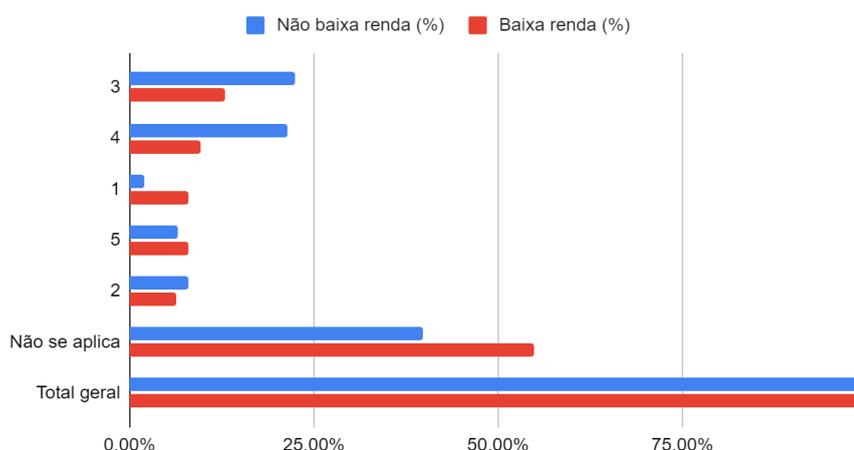
Fonte: Elaborada pelo autor

Além disso, outro ponto pode ser destacado: A falta de utilização do programa de estágios da UFABC entre estudantes de baixa renda. Isso pode indicar uma necessidade de melhorar a visibilidade e o acesso a esses programas para garantir que todos os estudantes tenham oportunidades iguais. Nesse contexto, Lucas Almeida compartilha seu ponto de vista, onde, segundo o estudante, a universidade é muito focada em pesquisa acadêmica, levando os alunos a buscarem empregos por conta própria na maioria das vezes, por isso, ele defende que seria importante um apoio mais próximo da universidade com relação ao auxílio na transição dos estudantes ao mercado de trabalho, especialmente nos cursos de humanidades.

Na próxima pergunta, os estudantes precisavam responder sobre como se sentem com sua atual situação de estágio e de trabalho, atribuindo uma nota entre 1 e 5, sendo o número 1 muito mal e o número 5 muito bem. De maneira geral a amostra se apresenta bem esparsa mostrando uma tendência a satisfação, uma vez que tem mais estudantes escolhendo entre 3 (22,39% para estudantes não baixa renda e 12,90% para estudantes baixa renda) e 4 (21,49%, seguido por 9,68% para o segundo grupo), apesar disso, vê-se uma maior quantidade de estudantes de baixa renda selecionando a opção número 1, com quase 9% da amostra, em comparação ao outro grupo representando apenas 2%. Isso indica uma insatisfação mais acentuada entre os estudantes de baixa renda em relação ao grupo de não baixa renda, conforme ilustrado no gráfico:

Gráfico 4: Escala de satisfação com estágio ou trabalho.

Em uma escala de 0 a 5, como você se sente com a sua atual situação de estágio ou trabalho? (Sendo que o número 1 muito mal e o número 5 muito bem.)



Fonte: Elaborada pelo autor

Nessa questão de múltipla escolha, o discente deveria responder o motivo de estar trabalhando. O resultado representado pelo gráfico 5 apresenta diferenças entre os dois grupos. O primeiro ponto que pode ser destacado é que em ambos os grupos, a necessidade financeira é uma razão para estagiarem, entretanto, os dados mostram que é um pouco mais prevalente entre os estudantes de baixa renda, mostrando a dependência financeira desses estudantes. Quando isso acontece, pode ser que os alunos ingressem em empresas que não se relaciona com os

conceitos aprendidos na graduação, dificultando a continuidade nos estudos, assim como afirma João:

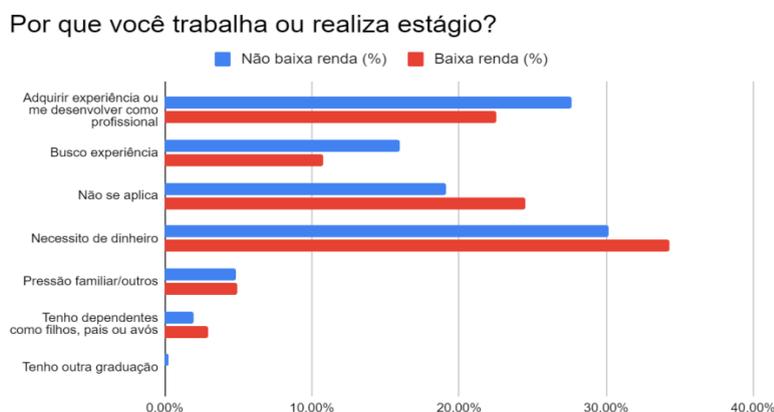
“Eu comecei a trabalhar por necessidade com empregos que não tinham tanto a ver com minha graduação - na verdade, esses trabalhos gastavam minha energia”

- João, discente da UFABC

Quando avaliamos a quantidade de estudantes que buscam “Adquirir experiência” ou “Me desenvolver como profissional” as respostas se apresentam de forma bem parecida para ambos os grupos, mas estudantes não baixa renda têm uma porcentagem ligeiramente maior em ambos os motivos, isso sugere que esses últimos têm mais flexibilidade para buscar oportunidades que contribuam para o seu desenvolvimento profissional, enquanto os estudantes de baixa renda podem estar mais focados em necessidades financeiras imediatas, aspecto que pode ser evidenciado ao avaliarmos as respostas de “Tenho dependentes como filhos, pais e avós”, onde os estudantes baixa renda são a maioria.

Estudos apontam ainda que a produção de alta renda independe da produção financeira pelo estudante, afinal, esses alunos estão envoltos por um ambiente familiar favorecido economicamente (Vargas, Paula, 2012), assim, alunos de baixa renda se veem, muitas vezes, sem saída, vivenciando a dupla jornada (trabalho-estudo) por conta da necessidade e, também, para ajudar financeiramente sua família, como sugerem os dados abaixo.

Gráfico 5: Motivo dos estudantes trabalharem e realizarem estágio

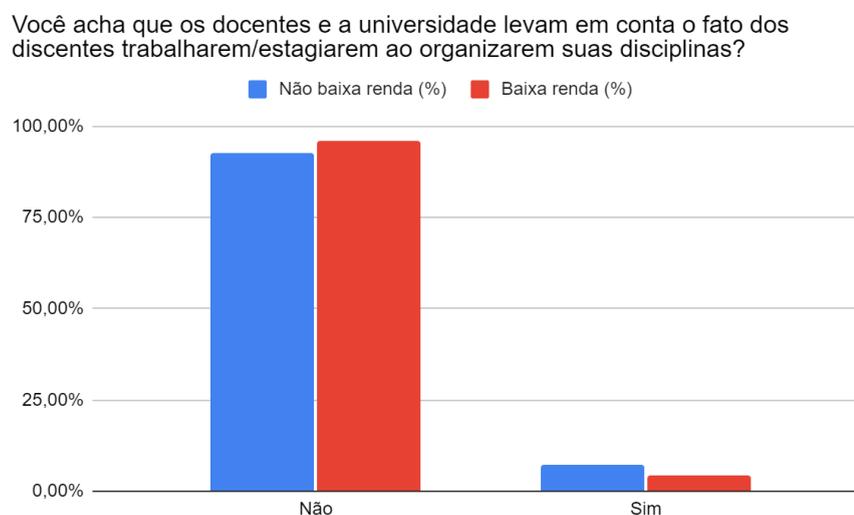


Fonte: Elaborada pelo autor

A terceira pergunta, evidenciada pelo gráfico 6 , entenderá a forma que os docentes estruturam o curso no quadrimestre a partir da seguinte pergunta: “Você acha que os docentes e a universidade consideram o fato dos discentes trabalharem/estudarem ao organizarem suas disciplinas?”. De maneira evidente, ambos os grupos não acreditam que a dupla jornada seja considerada na organização das disciplinas e apesar da diferença entre os dois grupos ser pequena, há uma ligeira tendência de estudantes de baixa renda (95,83%) sentirem ainda menos que a universidade considera suas responsabilidades de trabalho ou estágio em comparação com estudantes de não baixa renda (92,81%).

Nesse sentido, para estudantes de baixa renda, que têm maior probabilidade de trabalhar ou estagiar por necessidade financeira, a falta de consideração pode resultar em desafios acadêmicos adicionais, como dificuldade em cumprir prazos, por exemplo.

Gráfico 6: Percepção dos discentes sobre o planejamento do curso e suas atividades de trabalho

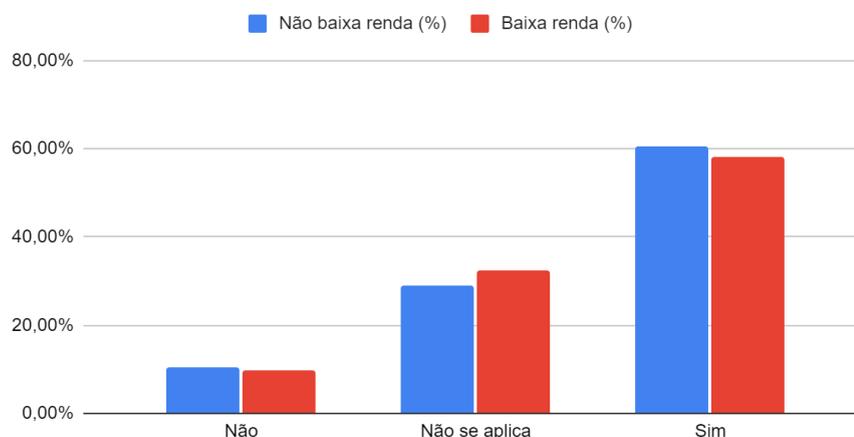


Fonte: Elaborada pelo autor

Na próxima pergunta, o gráfico 7 mostra a quantidade de estudantes que já tiveram problemas por trabalhar e estudar. Nessa pergunta, ao escolherem a opção “Sim”, os estudantes podiam descrever os problemas que tiveram.

Gráfico 7: Problemas ou dificuldades de trabalhar e estudar.

Já teve problemas em alguma disciplina por trabalhar e estudar?



Fonte: Elaborada pelo autor

Significativamente, a maioria dos estudantes, apresentando 60% para não baixa renda e 58% para estudantes de baixa renda, afirmam que já tiveram problemas para trabalhar e estudar, essa semelhança pode indicar que, independentemente da renda, trabalhar enquanto estuda pode ser desafiador e impactar negativamente a experiência acadêmica. Como nessa pergunta tinha a possibilidade de justificar dissertativamente o motivo da dificuldade, quase 14% do grupo dos estudantes não têm baixa renda e quase 12% do grupo de baixa renda o fizeram. As respostas estão elencadas na tabela abaixo:

Tabela 8: Problemas ou dificuldades de trabalhar e estudar

Categoria	Porcentagem (Não Baixa Renda)	Porcentagem (Baixa Renda)
Dificuldade em conciliar trabalho e estudo	52.94%	16.67%
Inflexibilidade do professor/de horário	29.41%	8.33%
TPI não adequado	8.82%	41.67%
Prazos curtos	2.94%	25.00%
Indisponibilidade de vagas para as matrículas/CR baixo	5.88%	8.33%
Total	100%	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

A maioria dos estudantes não baixa renda (52,94%) afirmam terem dificuldade em conciliar trabalho e estudo, isto é, não conseguem acompanhar as disciplinas ou não possuem organização/planejamento, a porcentagem de alunos de baixa renda que passam por isso é menor apresentando somente 16,67% da amostra. Outro ponto que se mostra relevante é a categoria de “Inflexibilidade do professor/de horário”, nela foram alocados estudantes que afirmaram que algumas atividades são realizadas fora do horário de aula, como as monitorias e os atendimentos dos professores e esses alunos, por trabalharem, não conseguem acompanhar, além de apresentarem que os atrasos, mesmo que justificados, muitas vezes não são tolerados pelos docentes, que para esse grupo representou 29,41% em comparação a 8,33% para baixa renda.

Com relação às respostas das pessoas de baixa renda, vê-se que a maioria informa que o TPI não é adequado (41,67%), ou seja, há uma exigência de tempo e dedicação para executar as tarefas do curso maior do que é informado no conteúdo programático. Além disso, outro ponto que se destaca para esse grupo é a indicação de que os prazos para a entrega das atividades são curtos, representando 25% da amostra e, com isso, vale pontuar algumas das respostas abertas:

Docente pedindo para ler quase 1 livro por aula e afirmando “quem não puder acompanhar as leituras aconselho que tranque a matéria”.

Sabe-se, entretanto, que poucas pessoas têm a possibilidade de escolher não trabalhar enquanto estuda, e quando se trata de estudantes de baixa renda a probabilidade é ainda menor, considerando ainda que muitos deles trabalham para auxiliar a família, como pontuado no gráfico 5. Além disso, podemos destacar outra resposta:

Sim, Principalmente nas disciplinas de Cálculo e Físicas. Eu trabalhava em um restaurante de segunda a sábado integral e mal tinha horário de almoço. Sempre evitei pegar as matérias mais pesadas e teóricas, por não dar conta, por prazos e tempo

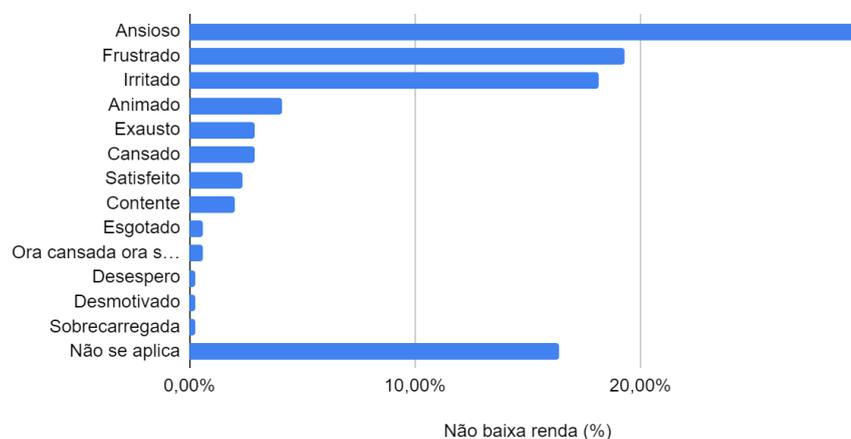
para estudar. Sem falar que não existe só estudos e trabalho, há a vida social e a casa. Não há um equilíbrio.

Vê-se que, em casos de estudantes de baixa renda, os trabalhos podem estar vinculados a sub-emprego e freelancers, o que pode dificultar ainda mais a conciliação entre trabalho e estudo. Essa dificuldade é intensificada pela falta de horários fixos nesses tipos de atividade, dificultando a organização das duas jornadas.

A próxima questão aborda o sentimento dos estudantes em realizar duas atividades (trabalho e estudo), nela os respondentes podiam escolher mais de uma opção e, para conseguir analisar de forma mais eficaz, foi dividido as respostas em dois gráficos, sendo o primeiro para jovens baixa renda e o segundo, não baixa renda:

Gráfico 8: Problemas ou dificuldades de trabalhar e estudar

Como você se sente emocionalmente tendo que estudar e trabalhar/estagiar?



Fonte: Elaborada pelo autor

Ao analisarmos ambos os gráficos, vemos diferentes sentimentos negativos relacionados a dupla jornada (trabalho-estudo), dentre eles a ansiedade é o sentimento mais comum em ambos os grupos, apesar de ser prevalente entre os estudantes de não baixa renda (30%). Os outros sentimentos que mais aparecem são a frustração (19% para os dois grupos) e a irritação, com 18% para não baixa renda e quase 14% para estudantes de baixa renda. Apesar de não termos uma diferença significativa entre ambos os grupos, esse resultado traz um alerta para a

Universidade porque aponta para uma intensa dificuldade em conciliar a dupla jornada do estudante-trabalhador e um grande desafio da Universidade em aprender a lidar com esse contexto que, como apontado anteriormente, na maioria das vezes, tangencia a questão financeira podendo ser ainda mais difícil para os alunos de baixa renda.

Dessa forma, é possível identificar, nos dois grupos, grandes dificuldades em permanecer no ambiente de trabalho e na faculdade, considerando questões como falta de tempo, planejamento e sentimento sobre a vivência dessa rotina.

Ainda que tenham muitas semelhanças, podemos analisar diferenças significativas. O primeiro ponto que é possível destacar é como a questão financeira influencia e impacta mais as motivações dos estudante de baixa renda com relação ao outro grupo, considerando que muitos deles também trabalham porque possuem dependentes.

Além disso, os dados também sugerem que estudantes baixa renda entendem que os prazos para as entregas de atividades e trabalhos são curtos e, além disso, acreditam que o TPI muitas vezes não está adequado, demonstrando uma aparente dificuldade de gestão de tempo somado a dificuldade dos professores em adaptarem a estrutura do curso para um tempo reduzido (quadrimestre), o que muitas vezes pode tornar a rotina ainda mais cansativa, aspecto que também pode ser validado quando a maioria dos estudantes, de ambos os grupos, especialmente os de baixa renda, acreditam que os professores e a universidade não considera o fato de estudantes de baixa renda estudarem e trabalharem.

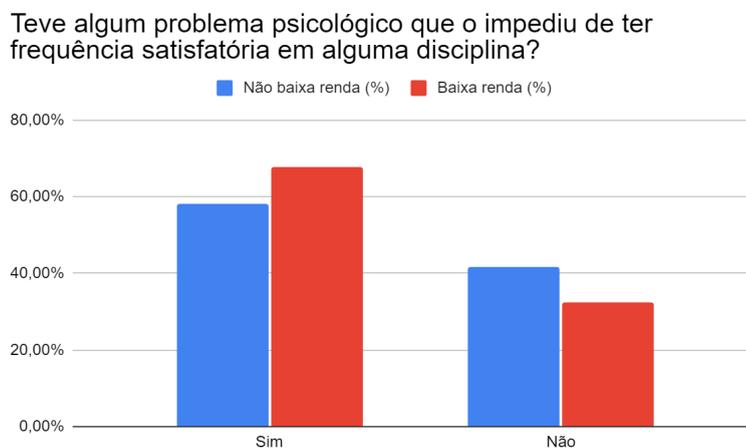
Por último, a forma que os estudantes encontram emprego também tende a ser bem parecida nos dois grupos, entretanto, os estudantes de “não baixa renda” também ingressam ao mercado de trabalho por meio de programas de estágio da UFABC e por empresas familiares e conhecidas, dados que não aparecem no grupo de baixa renda. Essa condição pode ser influenciada pelo capital cultural construído por esses estudantes desde que nasceram, que os coloca em situação de privilégio. Além disso, também revisita a necessidade de incentivo aos estudantes de baixa renda para a participação dos programas de estágio da UFABC, uma vez que esses já estão sendo utilizados pelo outro grupo.

6.2. Orientação psicológica

Como descrito na revisão bibliográfica, a vivência dos estudantes na universidade tem um impacto significativo em sua permanência acadêmica, e questões psicológicas desempenham um papel crucial nesse processo (Morais, Mascarenhas & Ribeiro, 2010). Alain Coulon (2017) reforça essa visão ao discutir o conceito de “ofício de estudante”, destacando que a adaptação ao ambiente universitário exige que os alunos desenvolvam uma série de comportamentos e sigam determinadas regras para se sentirem pertencentes a esse espaço; a falta dessa adaptação pode influenciar o desempenho acadêmico, ainda que esse processo seja marcado por uma série de violências simbólicas (Bourdieu, 1999).

Neste capítulo, o foco é explorar como os aspectos psicológicos influenciam a trajetória acadêmica dos estudantes, especialmente os estudantes de baixa renda. A primeira pergunta deste bloco questiona se os estudantes já tiveram algum problema psicológico que o impediu de ter frequência satisfatória em alguma disciplina. Ao analisar a amostra como um todo, verifica-se que, majoritariamente, os estudantes já tiveram algum tipo de problema psicológico que interferiu nos estudos, entretanto, esses valores são maiores para os estudantes de baixa renda, com 67%, em comparação a 58%.

Gráfico 9: Média de estudantes com dificuldade em frequentar aulas por problemas psicológicos.



Fonte: Elaborada pelo autor

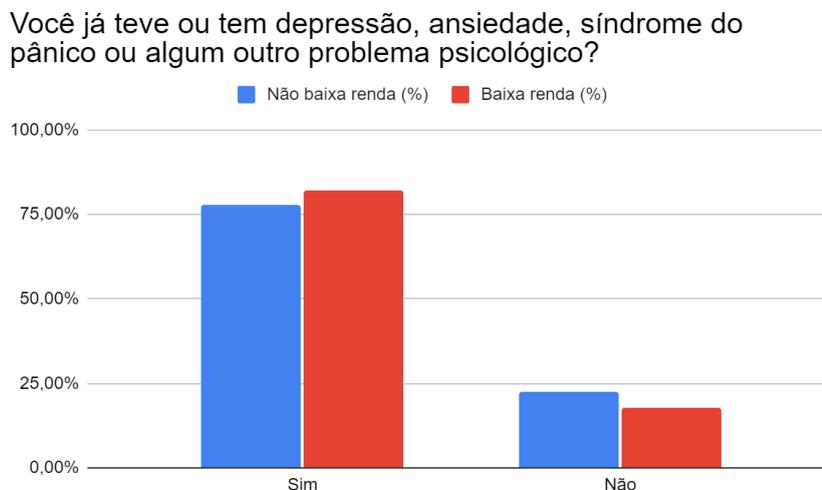
Esses dados podem estar relacionados às dificuldades discutidas no bloco anterior, que abordou aspectos relacionados à rotina de trabalho, além das dificuldades financeiras. A necessidade de trabalhar e apoiar os seus dependentes financeiramente, combinado com o estresse, parece tornar os estudantes de baixa renda mais suscetíveis a problemas de saúde mental. A literatura confirma que essas questões interferem e dificultam o processo de estudo-ensino e aprendizagem (Morais, Mascarenhas & Ribeiro, 2010, p.2).

A próxima questão discute se o estudante possui algum problema psicológico como ansiedade, depressão ou síndrome do pânico. Novamente, os dados sugerem que a maioria da amostra no grupo de baixa renda possui algum problema psicológico, com 83% em comparação a 77%, dando ainda mais potência para a inferência realizada no parágrafo anterior. Além disso, nas entrevistas, Daniel Oliveira menciona a dificuldade em equilibrar trabalho e estudo, apresentando um impacto significativo em sua saúde mental:

Já pensei e o principal motivo era precisar equilibrar o trabalho e a faculdade, porque se eu tivesse fazendo só um dos dois seria fácil. O Impacto que essa vida causava no meu emocional era muito difícil e mesmo sendo estágio é um tempo considerável considerando o estágio.

Essa experiência compartilhada pelo aluno ilustra como a pressão para conciliar trabalho e estudo pode acentuar problemas emocionais, contribuindo para um ciclo de estresse que afeta, especialmente, a capacidade dos estudantes de baixa renda de se manterem saudáveis e envolvidos no ambiente acadêmico.

Gráfico 10: Porcentagem dos estudantes que tiveram problemas psicológicos.

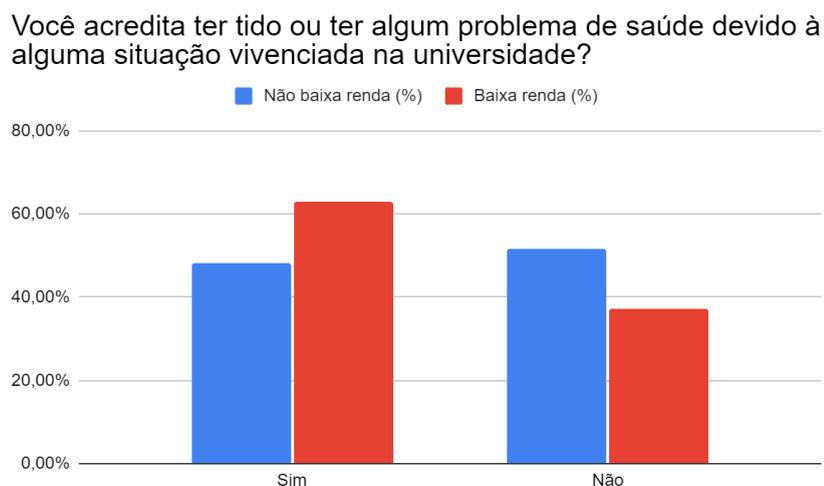


Fonte: Elaborada pelo autor

Por último, a pergunta “você acredita ter tido ou ter algum problema de saúde devido à alguma situação vivenciada na universidade?”. Nessa questão, a porcentagem de estudantes de baixa renda que acredita ter problemas de saúde devido a situações vivenciadas na universidade é maior do que a de estudantes de não baixa renda com 62% e 48% para o segundo grupo, mostrando que a universidade pode ter relação com problemas de saúde dos estudantes.

Em complemento, 3 dos 4 estudantes que realizaram a entrevista afirmam que a UFABC afeta sua saúde mental. A aluna Beatriz Mendes acrescenta que é necessário melhorar a comunicação, oportunidades de apoio psicológico e compreensão da universidade e dos professores, além disso, o Felipe Costa inclui que não é a UFABC que afeta a saúde mental, mas a vida universitária e suas responsabilidades.

Gráfico 11: Porcentagem dos estudantes que tiveram problemas psicológicos.



Fonte: Elaborada pelo autor

De maneira geral, há uma necessidade de inserir políticas de apoio psicológico e serviços de saúde mental evidentes para ambos os grupos, mas é especialmente importante para os estudantes de baixa renda. O estudante Lucas Almeida afirma que apesar de não ter desenvolvido problemas psicológicos durante a graduação, notou que muitos de seus colegas enfrentam ou já enfrentaram essas dificuldades, além de afirmar a necessidade de aumentar o apoio psicossocial de qualidade na universidade:

Acho que a Universidade poderia dar mais apoio psicossocial. Porque é muito fraca, e mesmo quando existe eu já ouvi relatos de pessoas dizendo que “se não consegue, precisa desistir da universidade.”

Além disso, como mencionado, há uma tendência que estudantes tenham mais dificuldades no início de sua trajetória acadêmica para se adaptar e desenvolver o “ofício de ser estudante” associado ao que Bourdieu caracteriza como violência simbólica (NASCIMENTO, 2019), que seria identificado como uma forma do grupo dominante pressionar os “diferentes” a se tornarem “iguais”. Sendo assim, estudantes, especialmente os de baixa renda, que vivenciavam, na maioria das vezes, espaços completamente diferentes dos encontrados na universidade, precisam se adaptar e aprender o “ofício de ser estudante”, o que também pode ser gerador de sofrimento e ocasionar problemas psicológicos (COULON, 2017).

6.3. Orientação sobre o plano de estudos

O terceiro tipo de orientação apresentado por Sood é a Educativa, a qual se relaciona com o apoio no aprendizado do estudante e colaboração para o entendimento dos processos acadêmicos da instituição (Sood, 2016), além disso, também há a preocupação em auxiliar os discentes para o desenvolvimento de métodos de estudo, organização e adaptação no ambiente acadêmico.

Nesse contexto, é preciso enfatizar que a UFABC propõe, em seu modelo de ensino, uma matriz interdisciplinar, que se caracteriza por interseccionar áreas do conhecimento científico e tecnológico, objetivando uma formação integral e capaz de atender às novas demandas do século XXI.

Portanto, a UFABC possui uma proposta inovadora no sentido da interdisciplinaridade, da aposta na autonomia do aluno, uma vez que fornece ao estudante a liberdade de escolher o curso específico depois do BCH ou BCT, e também não possui uma grade disciplinar fechada, assim, os discentes podem escolher periodicamente as matérias que vão cursar, além de fornecer um sistema estruturado em quadrimestres. Entretanto, por ser uma novidade, essa estrutura muitas vezes pode ser considerada desafiadora para aqueles que ingressam no Ensino Superior, ou mesmo para os que já estudam na UFABC há mais tempo.

Dessa forma, tem se também o agravante contextual que difere a vivência dos dois grupos aqui analisados, considerando conceitos apontados anteriormente como a adaptação ao ensino superior e aprendizado sobre o “ofício de ser estudante” (COULON, 2017). Esta seção tem como objetivo entender como os alunos percebem o projeto pedagógico e o quanto se consideram informados sobre ele, buscando compreender até que ponto as diferenças financeiras e as problemáticas decorrentes delas, influenciam o acesso a essas informações e, conseqüentemente, a experiência acadêmica dos estudantes.

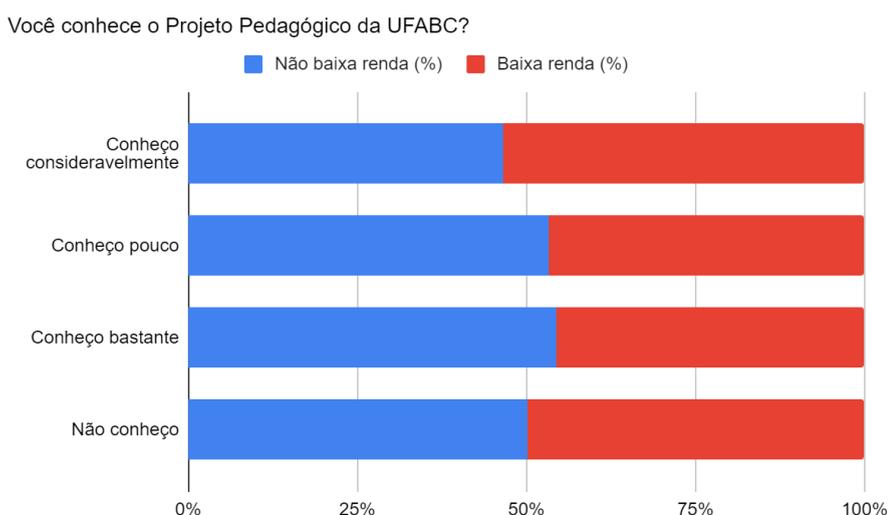
Além disso, também terão perguntas sobre a forma de alocar as disciplinas no período que irão estudar e a relação que esses discentes possuem com o PEAT, programa desenvolvido para orientar os alunos nesses processos e auxiliá-los a se adaptarem a esse modelo inovador.

A primeira pergunta desta seção visa entender se os estudantes conhecem o projeto pedagógico da UFABC. Nesse sentido, a maioria dos estudantes de baixa renda (~52%) conhecem, consideravelmente, o projeto pedagógico, em comparação

a quase 45% dos alunos considerados “Não baixa renda”. Ao avaliarmos o item “conheço bastante”, é possível notar que os índices caem para menos de 20%, sendo menor nos casos do grupo de alunos de baixa renda.

Entender o Projeto Pedagógico da universidade é muito importante para se orientar e tomar decisões durante a vivência acadêmica, nesse aspecto, um maior conhecimento pode auxiliar os estudantes a se orientarem melhor em sua trajetória acadêmica e a fazer escolhas mais informadas. Entretanto, embora os dados sugiram que a maioria dos estudantes tenha algum conhecimento sobre o Projeto Pedagógico, a porcentagem de “conheço bastante” é baixa, apresentando uma janela de oportunidade para a universidade melhorar a comunicação e o acesso às informações sobre o Projeto Pedagógico.

Gráfico 12: Porcentagem dos estudantes conhecem o Projeto Pedagógico da UFABC.

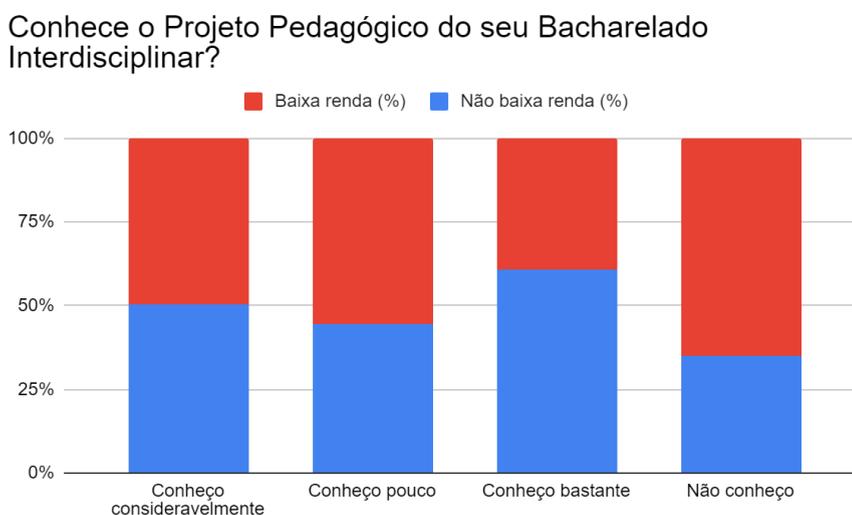


Fonte: Elaborada pelo autor

Ao analisarmos se os estudantes “Conhecem o Projeto Pedagógico do seu Bacharelado Interdisciplinar?”, o cenário é parecido ao que analisamos anteriormente. Ao compararmos as categorias “conheço consideravelmente” com 47,26% para “não baixa renda” e 46,77% para “baixa renda”, seguido pela categoria “conheço pouco” as porcentagens são parecidas, porém, pende para um menor conhecimento dos estudantes de baixa renda representando 30% da amostra. Além disso, há uma diferença na categoria “conheço bastante”, onde os dados dos estudantes “não baixa renda” sugerem que esses possuem mais conhecimento sobre projeto pedagógico em comparação ao outro grupo.

Sendo assim, convém destacar que há uma tendência de que estudantes de baixa renda tenham menos conhecimento. Essa diferença no conhecimento sobre o Projeto Pedagógico entre os grupos pode ser influenciada por diversos fatores, incluindo acesso a recursos, apoio acadêmico e envolvimento com a universidade. Convém mencionar que nas entrevistas, Lucas Almeida afirma que já procurou orientação na UFABC para contagem de créditos e acredita que é necessário fomentar a comunicação, de modo que as ferramentas e as formas de apoio ao estudante cheguem a quem precisa.

Gráfico 13: Porcentagem dos estudantes conhecem o Bacharelado Interdisciplinar.



Fonte: Elaborada pelo autor

A próxima pergunta questiona se os estudantes consideram o projeto pedagógico da UFABC inclusivo. Nela, uma maior porcentagem de estudantes de baixa renda (54,84%) considera que o Projeto Pedagógico é inclusivo “em partes”, em comparação com 50,33% dos estudantes de não baixa renda. Isso sugere que, embora existam elementos de inclusão, ainda há áreas que necessitam de melhorias.

Quando analisamos a percepção de que o Projeto Pedagógico é inclusivo, vemos que 27,42% dos estudantes de baixa renda compartilham dessa opinião, em comparação com 20,92% dos estudantes de não baixa renda. Isso pode estar relacionado ao nível de conhecimento sobre o projeto pedagógico discutido anteriormente. Por fim, apenas 4,84% dos estudantes de baixa renda acham que o Projeto Pedagógico é inclusivo, em comparação com 11,76% dos estudantes de

não baixa renda, sugerindo uma percepção de que, apesar de existirem aspectos positivos, são necessárias melhorias, indicando que ambos os grupos enfrentam dificuldades que os impedem de se sentir plenamente incluídos pelo Projeto Pedagógico, mas que os estudantes baixa renda tendem a se sentirem menos incluídos.

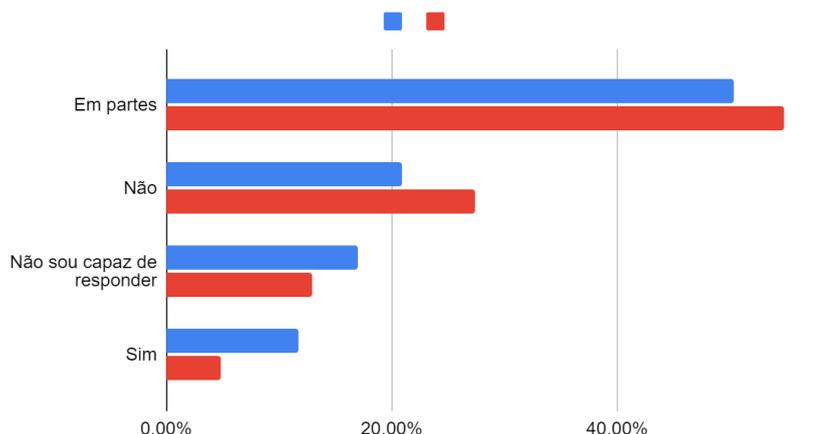
Nesse sentido, convém também pontuar a visão do Lucas Almeida sobre o projeto pedagógico:

“Eu acho inovador, mas que por mais bonito ele é executado por pessoas e as pessoas tem suas particularidades e diferenças. Enquanto a gente não olhar para esses pontos, isso não vai sair do papel.”

Dessa maneira, é possível sugerir que esse estudante também não considera o projeto pedagógico inclusivo, uma vez que não considera as especificidades e diferentes dos estudantes.

Gráfico 14: Estudantes que consideram o Projeto Pedagógico da UFABC inclusivo.

Você acha que o Projeto Pedagógico da universidade é inclusivo?



Fonte: Elaborada pelo autor

De maneira geral, através das respostas, é possível enxergar uma discrepância entre os grupos de baixa renda e não baixa renda. Enquanto alguns pontos de inclusão são reconhecidos, especialmente por estudantes de baixa renda, é preciso pontuar que um número menor de estudantes de baixa renda considera o projeto pedagógico inclusivo, apontando para uma necessidade de aprimorar as

políticas e práticas de inclusão para atender melhor às necessidades desses estudantes.

Na próxima pergunta, os estudantes responderam sobre “Como você se sente em relação ao plano pedagógico da UFABC?”, nessa questão os estudantes poderiam responder com uma palavra. Para analisarmos com mais clareza, foi realizado um tratamento nos dados, com o intuito de unificar sentimentos parecidos e também de classificá-los como “sentimentos ruins”, “Sentimentos bons” e “sentimentos neutros”. Os resultados estão apresentados na Tabela 09 e na Tabela 10.

Tabela 9: Sentimento dos estudantes com relação ao plano pedagógico da UFABC (Alunos que não têm baixa renda).

Categoria	Sentimentos	Não baixa renda (%)
Sentimentos Ruins	Frustrado(a), Mal executado(a), Insatisfeito(a), Mal, Desafiador(a), Desanimado(a), Enganado(a), Incomodado(a), Incompleto(a), Sobrecarregado(a), Atolado(a), Cansado(a), Pesado(a), Exaustivo(a), Pressionado(a), Solitário(a), Complicado(a), Atrasado(a), Burocrático(a), Preocupado(a), Desgastado(a), Irreal, Incapaz, Insuficiente, Inalcançável, Excluído(a), Fraco(a), Ignorado(a), Iludido(a), Limitado(a),	53,33%

Categoria	Sentimentos	Não baixa renda (%)
	Ineficiente, Inexplorado(a)	
Sentimentos Bons	Satisfeito(a), Bem, Animado(a), Contemplado(a), Inovador(a), Interessado(a), Esperançoso(a), Livre, Empolgado(a), Admirado(a), Confortável, Completo(a), Coerente, Importante, Impressionado(a)	40,00%
Sentimentos Neutros	Não conheço, Não se aplica, Neutro, Curioso(a), Intrigado(a), Ambicioso(a), Dividido(a), Estranho(a), Interdisciplinar, Multidisciplinar	8,67%
Total geral		100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Tabela 10: Sentimento dos estudantes com relação ao plano pedagógico da UFABC (Alunos que são baixa renda).

Categoria	Sentimentos	Baixa renda (%)
Sentimentos Ruins	Ansioso(a), Sobrecarregado(a), Perdido(a), Utópico(a), Frustrado(a), Insuficiente, Desapontado(a), Mal, Mal executado(a), Incompreensível, Impraticável, Desorganizado(a), Desconfortável, Elitista, Excluído(a), Inseguro(a), Insatisfeito(a), Cansado(a), Solitário(a), Desconectado(a),	60,00%

Categoria	Sentimentos	Baixa renda (%)
	Pressionado(a), Inadequado(a)	
Sentimentos Bons	Bom(a), Satisfeito(a), Entusiasmado(a), Incluído(a), Oportunidades, Livre	10,00%
Sentimentos Neutros	Curioso(a), Teórico(a), Não se aplica, Desconhecido(a), Plural	30,00%
Total geral		100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Ao analisarmos as tabelas, é possível visualizar uma diferença na visão sobre o plano pedagógico entre os grupos de baixa renda e não baixa renda. Estudantes de baixa renda tendem a ter sentimentos mais negativos em relação ao plano pedagógico, o que pode estar relacionado ao nível de conhecimento que destacamos anteriormente.

Vale pontuar que, os sentimentos negativos estão presentes nos dois grupos, entretanto, os sentimentos positivos se diferem. Conforme os dados, 60,00% dos estudantes de baixa renda relatam sentimentos ruins como ansiedade, sobrecarga, frustração, exclusão e também reforçam a palavra “elitismo”, em contraste com 53,33% dos estudantes de não baixa renda que relatam sentimentos negativos como frustração, cansaço e sobrecarga. Além disso, apenas 10,00% dos estudantes de baixa renda expressam sentimentos positivos, como satisfação e entusiasmo, comparados a 40,00% dos estudantes de não baixa renda, com sentimentos como satisfação e admiração.

Diante do exposto, mostra-se importante que a universidade desenvolva meios para expandir o conhecimento sobre o plano pedagógico de forma abrangente, por meio de palestras e conteúdos para redes sociais, de modo que os estudantes se sintam incluídos e tenham mais possibilidades de tomar decisões mais informadas.

Na próxima pergunta, os estudantes precisavam responder “Como você toma decisões quanto às escolhas de disciplinas durante o seu percurso na

universidade?”, com objetivo de entender o direcionamento da trajetória acadêmica de cada grupo.

Tabela 11: Fatores que influenciam as decisões dos estudantes na escolha de disciplinas durante o percurso universitário.

Como você toma decisões quanto às escolhas de disciplinas durante o seu percurso na universidade?	Não baixa renda (%)	Baixa renda (%)
Escolho de acordo com o professor que vai ministrá-la	23,28%	24,88%
Pego as disciplinas que encaixam nos meus horários	23,79%	23,88%
Sigo a grade ideal	17,59%	17,41%
Escolho de acordo com os meus interesses futuros	16,90%	15,42%
Pego as disciplinas em que eu for aceito	8,45%	9,45%
Escolho as que parecem mais fáceis	2,24%	2,99%
Sigo meus colegas	6,38%	3,48%
Busco orientação de professores conhecidos	1,03%	1,00%
Busco orientação do meu tutor no PEAT	0,34%	1,00%
Escolho as disciplinas com conteúdos que gosto	-	0,50%
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Em ambos os grupos, os principais critérios para a escolha das disciplinas são “professor” representando 23,28% de alunos não baixa renda e quase 25% para alunos não baixa renda; a compatibilidade com os horários, que representam quase 24% para ambos os grupos, sugerindo uma preocupação com a metodologia do

professor e com o gerenciamento do tempo, que pode estar atrelado a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, conforme discutido anteriormente.

Ambos os grupos também seguem a grade ideal, apresentando cerca de 18% da amostra. Existe, entretanto, uma pequena diferença quando avaliamos a quantidade de pessoas que escolhem as matérias de acordo com interesses futuros, mostrando que estudantes de não baixa renda parecem estar mais preocupados com essa questão, representando quase 17%, em comparação com 15,42% de estudantes de baixa renda.

Outro aspecto que pode ser destacado é a diferença de estudantes que escolhem as matérias em que são aceitos, os estudantes não baixa renda representam 8,45%, em comparação a 9,45% de estudantes de baixa renda. Isso pode sugerir que, aparentemente, os estudantes de baixa renda vivenciam mais situações de dificuldade em cursar as matérias que eles escolhem, em decorrência, muitas vezes, do baixo CR e alto nível de “competição” durante a matrícula.

A próxima pergunta tem o objetivo de entender se os estudantes conhecem o Programa de Ensino e Aprendizagem Tutorial (PEAT). Quando analisamos os resultados é possível verificar que o conhecimento sobre o programa é semelhante entre os grupos de baixa renda e não baixa renda. Os dados indicam que 53,23% dos estudantes de não baixa renda e 54,84% dos estudantes de baixa renda conhecem o PEAT, enquanto 46,77% dos estudantes de não baixa renda e 45,16% dos estudantes de baixa renda não conhecem o programa.

Esse resultado sugere não haver uma diferença entre os dois grupos em termos de conhecimento sobre o PEAT. No entanto, a falta de conhecimento sobre as iniciativas do PEAT pode impactar mais os estudantes de baixa renda, considerando que esse grupo enfrenta mais dificuldades, como discutido anteriormente. Como esses estudantes são mais propensos a abandonar a universidade devido a desafios econômicos e psicológicos, é muito importante que eles recebam apoio para permanecer e encontrar caminhos mais tranquilos para concluir a graduação. Portanto, garantir que todos os estudantes, especialmente os de baixa renda, estejam informados sobre o PEAT é fundamental para diminuir a evasão e aumentar o aproveitamento dos estudos.

Ao avaliarmos as entrevistas, é possível analisar que dois dos quatro entrevistas afirmaram terem utilizado os serviços do PEAT e, também, dois afirmaram que falta divulgação do programa, como salienta Daniel:

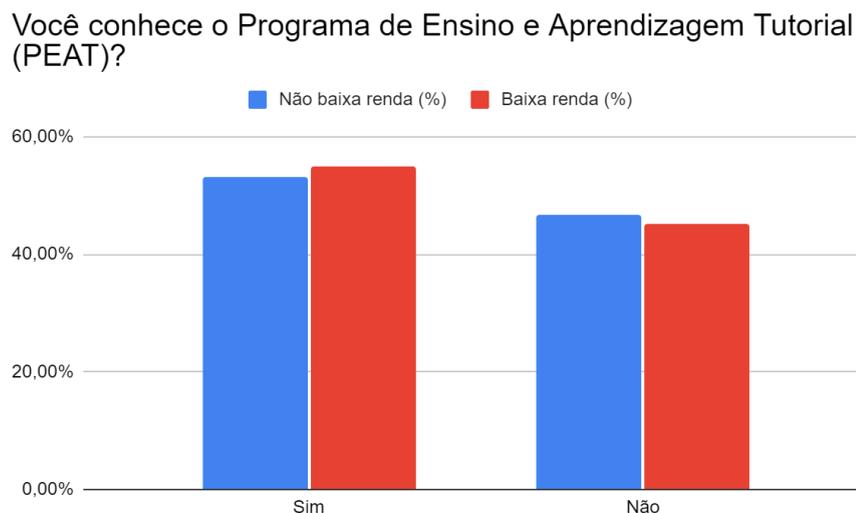
Não precisou desse tipo de orientação, mas acredita que as orientações acadêmicas não são conhecidas pelos alunos, portanto deveria aproximar essa orientação fazendo palestras e ter presença nas redes sociais.

Além disso, o estudante Felipe informa que já utilizou os serviços de aconselhamento e orientação da UFABC e também afirma que tem amigos próximos que já utilizaram e que tiveram retorno positivo, conforme destaca no trecho abaixo:

Já procurei uma vez o PEAT ou DEAT (não sei a diferença), me aconselharam a procurar um professor tutor [...] o professor me ajudou a identificar que estava com problemas emocionais, e hoje estou mais apto a procurar ajuda na vida acadêmica. Não sei opinar sobre sugestões, porque não conheço a fundo a UFABC, mas meus amigos comentam que é muito positivo o retorno que já tiveram.

Assim, por um lado, há estudantes que afirmam que não conhecem o PEAT e o DEAT, entretanto, entre aqueles que conhecem, há avaliações positivas. Entretanto, há a necessidade de melhorar a divulgação dos projetos para que as ações de orientação e aconselhamento sejam mais divulgadas e mais alunos impactados positivamente.

Gráfico 15: Porcentagem de estudantes que conhecem o PEAT.



Fonte: Elaborada pelo autor

A análise dos dados revela que o conhecimento sobre o Programa de Ensino e Aprendizagem Tutorial (PEAT) é similar entre estudantes de baixa renda e não baixa renda, com 54,84% e 53,23%, respectivamente, que conhecem o programa. No entanto, há uma diferença na maneira como as informações são obtidas: 13,07% dos estudantes de não baixa renda souberam do PEAT na semana de integração, comparado a apenas 8,06% dos estudantes de baixa renda, indicando que possivelmente menos alunos desse grupo participam da integração na universidade.

A maioria absoluta, de ambos os grupos, com aproximadamente 80% das respostas, optaram por “não se aplica”, indicando que, de maneira geral, não participaram o PEAT, levantando uma necessidade maior de divulgação desse projeto.

Tabela 11: Formas pelas quais os estudantes chegaram ao Programa de Ensino e Aprendizagem Tutorial (PEAT).

Como você chegou ao professor tutor do PEAT?	Não baixa renda (%)	Baixa renda (%)
Busquei na lista disponível no site do DEAT	3,98%	3,23%
Conversei com um professor que já conhecia	0,50%	6,45%

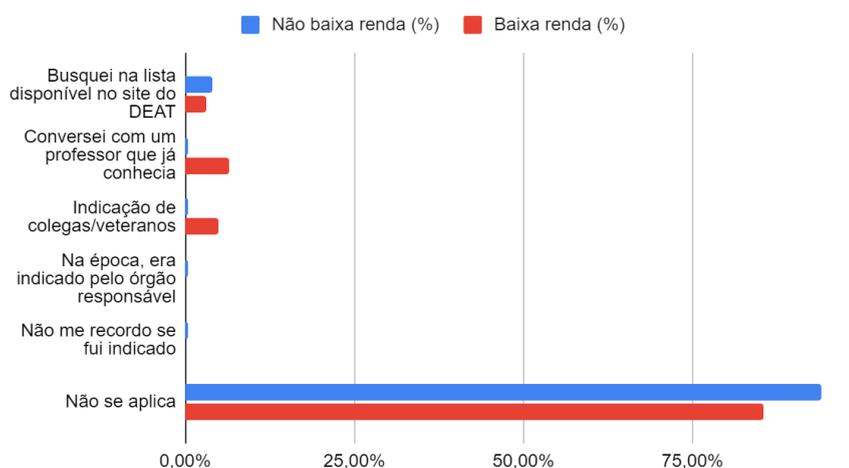
Como você chegou ao professor tutor do PEAT?	Não baixa renda (%)	Baixa renda (%)
Indicação de colegas/veteranos	0,50%	4,84%
Na época, era indicado pelo órgão responsável	0,50%	-
Não me recordo se fui indicado	0,50%	-
Não se aplica	94,03%	85,48%
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Além disso, como apresentamos na pergunta anterior, a maior parte dos estudantes escolheram a opção “não se aplica”, o que sugere que não participaram ou que se participaram por meio de outro mecanismo não apresentado.

Gráfico 16: Maneira como os estudantes chegam ao tutor do PEAT.

Como você chegou ao professor tutor do PEAT?



Fonte: Elaborada pelo autor

A próxima pergunta também sobre o PEAT, questiona como o programa ajudou os estudantes. Com relação a isso, nenhum estudante de baixa renda relatou ter sido ajudado com dificuldades em se encontrar na universidade, enquanto 0,98% dos estudantes de não baixa renda mencionaram esse tipo de apoio.

Por outro lado, 6,94% dos estudantes de baixa renda recebem ajuda com problemas psicossociais, um tipo de suporte que não foi mencionado por nenhum dos estudantes de não baixa renda, o que sugere que esses estudantes de baixa renda enfrentam menos desafios psicossociais ou que possuem melhores condições econômicas e, portanto, os estudantes de baixa renda necessitam mais desse tipo de assistência.

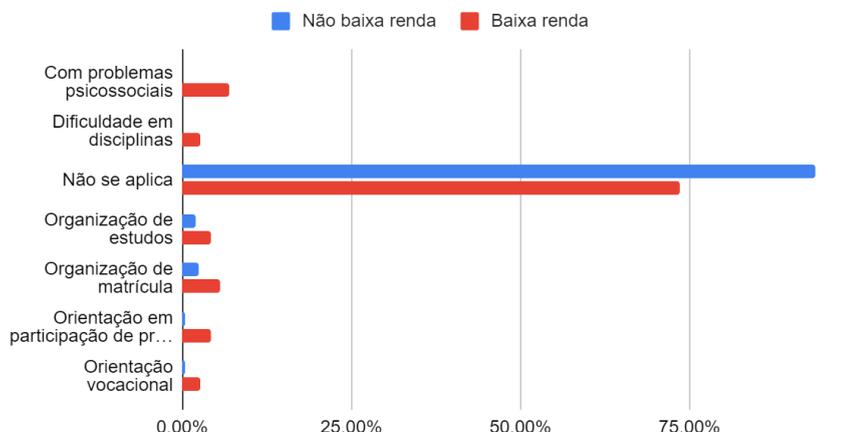
Com relação às dificuldades acadêmicas, 2,78% dos estudantes de baixa renda foram auxiliados em disciplinas, enquanto nenhum estudante de não baixa renda relatou essa necessidade. Além disso, 4,17% dos estudantes de baixa renda mencionaram que receberam ajuda na organização dos estudos, comparado a 1,96% dos estudantes de não baixa renda, o que pode indicar uma maior necessidade de apoio em atividades acadêmicas entre os estudantes de baixa renda.

Outro dado importante são os índices de organização da matrícula, onde 5,56% dos estudantes de baixa renda relataram ter recebido esse tipo de ajuda, em comparação com 2,45% dos estudantes de não baixa renda. Isso pode sugerir que os estudantes de baixa renda enfrentam mais dificuldades com relação aos processos de construção de grade.

Por fim, 4,17% dos estudantes de baixa renda receberam orientação para participação em projetos, iniciação científica e outras atividades acadêmicas, enquanto apenas 0,49% dos estudantes de não baixa renda mencionaram ter recebido esse tipo de orientação, indicando um maior interesse pela participação dessas atividades por esses alunos, ainda que, como descrevemos anteriormente, haja uma grande dificuldade de conciliar estudos com trabalho.

Gráfico 17: Forma como os estudantes foram ajudados pelo professor do PEAT.

Como o professor do PEAT te ajudou? Escolha uma ou mais opções.

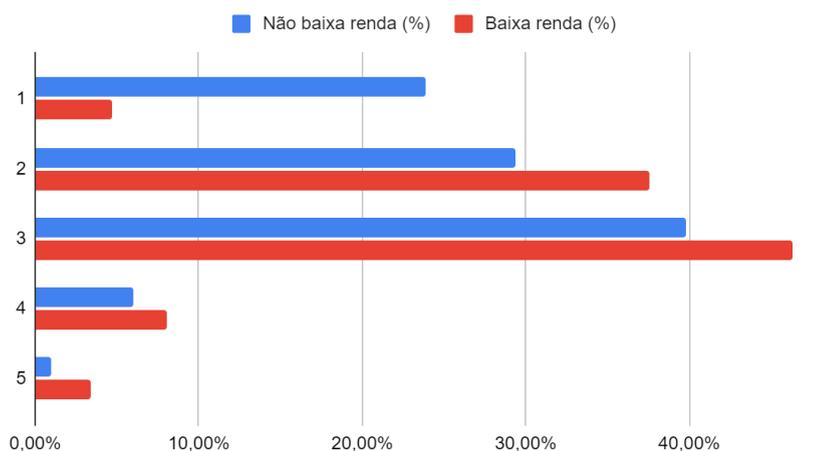


Fonte: Elaborada pelo autor

Além disso, os estudantes também não demonstram muita segurança quando o assunto é apoio ao planejamento dos estudos pela UFABC, como fica evidente no próximo gráfico que apresenta as respostas da seguinte questão: “Como você se sente com o apoio que a UFABC fornece ao seu planejamento de estudos?”

Gráfico 18: Forma como os estudantes se sentem com o apoio dado pela UFABC.

Como você se sente com o apoio que a UFABC fornece ao seu planejamento de estudos? (Classifique a de 1 a 5, sendo 1 não apoiado e 5 muito apoiado.)



Fonte: Elaborada pelo autor

Em uma escala de 1 a 5, onde 1 é não apoiado e 5 muito apoiado, a maior parte dos estudantes, tanto de baixa renda quanto de não baixa renda, sentem-se

razoavelmente apoiado pela Universidade, escolhendo a opção “3”, com 46,31% dos estudantes de baixa renda e 39,80% dos estudantes de não baixa renda. Isso sugere que, em geral, a maioria dos estudantes percebe um nível intermediário de apoio relacionado a planejamento de estudos.

Um percentual maior de estudantes de baixa renda, 37,58%, relatou se sentir pouco apoiado, escolhendo a opção “2” em comparação com 29,35% dos estudantes de não baixa renda. Além disso, 23,88% dos estudantes de não baixa renda relataram não se sentirem apoiados, com a opção “1”, em contraste com apenas 4,70% dos estudantes de baixa renda. Com isso, é possível inferir que, embora uma grande parte dos estudantes de não baixa renda se sinta completamente sem apoio, os estudantes de baixa renda tendem a se sentir “pouco apoiados” do que “não apoiados” e isso pode ser explicado pelo uso dos programas de apoio na universidade, que como vimos, são mais utilizados por esses alunos.

Por outro lado, 8,05% dos estudantes de baixa renda se sentem bem apoiados, escolhendo a opção “4” em comparação com 5,97% dos estudantes de não baixa renda. Além disso, 3,36% dos estudantes de baixa renda se sentem muito apoiados (opção 5), em comparação com apenas 1,00% dos estudantes de não baixa renda. Sendo assim, ainda que os estudantes de baixa renda sejam o grupo que mais enfrentam dificuldades acadêmicas, também representam a parcela de estudantes que se sentem mais apoiados academicamente pela universidade, ainda que os números indiquem um sentimento de “pouco apoio”.

Após essa questão, tem-se a preocupação de entender quanto tempo o estudante destina para estudar fora da sala de aula. Um percentual maior de estudantes de baixa renda (35,48%) dedica mais de 10 horas semanais aos estudos fora da sala de aula, em comparação com 25,37% dos estudantes de não baixa renda. Isso sugere que os estudantes de baixa renda dedicam mais tempo de estudo fora da sala de aula, o que pode ser uma forma de compensar defasagens acadêmicas advindas de uma trajetória de ensino defasado.

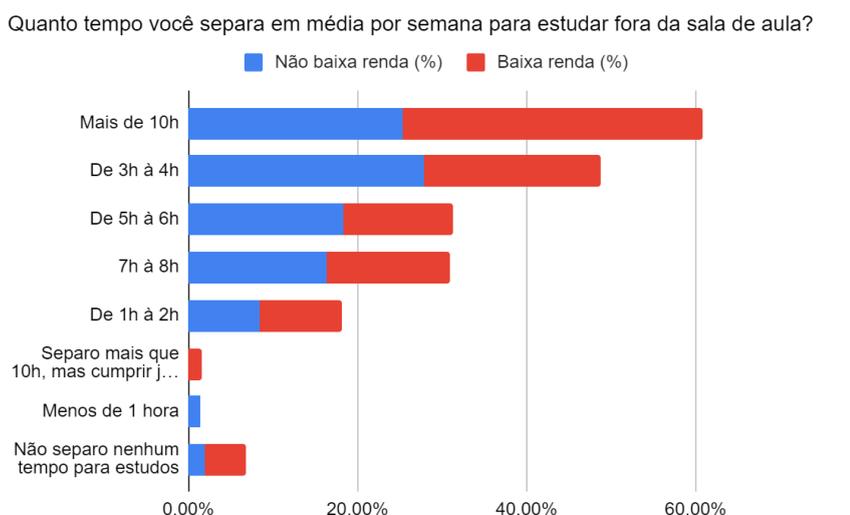
Por outro lado, 27,86% dos estudantes de não baixa renda dedicam de 3 a 4 horas semanais ao estudo, enquanto 20,97% dos estudantes de baixa renda se enquadram nessa faixa. Ao observar a faixa de 5 a 6 horas semanais, 18,41% dos

estudantes de não baixa renda relatam esse tempo de estudo, em comparação com 12,90% dos estudantes de baixa renda.

Além disso, 1,99% dos estudantes de não baixa renda e 4,84% dos estudantes de baixa renda relatam não separar nenhum tempo para estudo, o que pode indicar uma dificuldade em conciliar estudos com outras responsabilidades que já foram mencionadas anteriormente (estudo e trabalho, por exemplo).

Esses dados sugerem que, enquanto os estudantes de baixa renda dedicam mais tempo ao estudo fora da sala de aula, eles também enfrentam desafios que podem impedir o cumprimento desse tempo. Isso aponta para a necessidade de um maior suporte acadêmico voltado para gerenciamento de tempo de estudo, por exemplo.

Gráfico 19: Forma como os estudantes se sentem com o apoio dado pela UFABC.



Fonte: Elaborada pelo autor

A próxima questão, envolve o aspecto das faltas, para tanto os respondentes são questionados se precisa faltar em alguma disciplina para realizar trabalhos ou provas de outras disciplinas. Nessa análise, a maior parte dos estudantes, tanto de baixa renda quanto de não baixa renda, relatou que falta em algumas disciplinas para estudar para outras apenas em épocas de prova, com 50,00% dos estudantes de baixa renda e 45,27% dos estudantes de não baixa renda. Isso sugere que, em períodos com demanda elevada, os estudantes de ambos os grupos tendem a priorizar as disciplinas que consideram mais

difíceis ou que possuem maior dificuldade, em prol de outras que talvez tenham mais facilidade.

Cerca de 27% dos estudantes em ambos os grupos indicaram que a pergunta “não se aplica”, o que pode indicar que essa parte dos estudantes não adotam essa prática de faltar às aulas para estudar outras disciplinas. Outra parcela, relatam faltar às aulas por não terem outro período para estudar, (16,92% dos estudantes de não baixa renda e 14,52% dos estudantes de baixa renda).

Em resumo, os dados indicam que faltar nas aulas para estudar outras disciplinas é comum, especialmente durante os períodos de provas. Apesar disso, é preciso pontuar que isso também reflete dificuldades com relação à gestão do tempo e compreensão do conteúdo em sala de aula, ou até uma adequação do TPI, como alguns alunos mencionaram anteriormente, apontando para a necessidade de estratégias acadêmicas que auxiliem os estudantes a equilibrar suas responsabilidades.

Para a próxima questão, convém contextualizar que, além dos apoios fornecidos pelo PEAT, a UFABC também fornece monitoria para algumas matérias, com o objetivo de sanar as dúvidas dos estudantes, além de também aproximar o aluno-monitor da docência e desafogar o professor da disciplina. Com isso, a próxima questão questiona se o estudante frequenta monitorias.

Tabela 12: Motivos para não frequentar monitorias, segundo os estudantes.

Você frequenta monitorias? Se não, selecione a melhor opção para justificar:	Não baixa renda (%)	Baixa renda (%)
Não, pois trabalho	32,43%	30,48%
Não, pois sou tímido	13,51%	19,05%
Sim	18,02%	11,43%
Não posso ficar na universidade no contraturno	12,61%	10,48%
As disciplinas que mais preciso não	9,01%	5,71%

Você frequenta monitorias? Se não, selecione a melhor opção para justificar:	Não baixa renda (%)	Baixa renda (%)
oferecem monitoria		
Desconheço as monitorias	6,31%	8,57%
Não sei como participar	2,70%	4,76%
Não consigo ajuda nas monitorias	3,60%	4,76%
Não sei onde buscar informações sobre ela	1,80%	4,76%
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Ao analisarmos, é possível identificar que uma porcentagem menor de estudantes de baixa renda (11,43%) frequenta monitorias em comparação com 18,02% dos estudantes de não baixa renda.

Entre os que não frequentam monitorias, o motivo mais comum para ambos os grupos é o trabalho, com 32,43% dos estudantes de não baixa renda e 30,48% dos estudantes de baixa renda citando essa razão. A timidez é outro fator relevante, principalmente entre os estudantes de baixa renda, com 19,05% que relatam que não frequentam monitorias por serem tímidos, em comparação com 13,51% dos estudantes de não baixa renda. A timidez, nesse caso, pode estar relacionada a insegurança com conhecimentos acadêmicos, especialmente para os ingressantes que estão se adaptando e aprendendo o ofício de ser estudante, nesse aspecto, a Universidade deve investir em ações mais inclusivas, de modo que essas pessoas participem mais das monitorias.

A dificuldade em permanecer na universidade no contraturno também foi mencionada por 12,61% dos estudantes de não baixa renda e por 10,48% dos estudantes de baixa renda, o que pode estar relacionado a questões logísticas ou responsabilidades familiares que impedem a permanência fora do horário regular de aulas, levando a uma necessidade de readaptar as estratégias de monitoria,

oferecendo-as em outros horários ou até remotamente e, talvez, aos finais de semana.

Outros motivos incluem o fato de as disciplinas mais necessárias não oferecerem monitoria (9,01% de não baixa renda e 5,71% de baixa renda), desconhecimento das monitorias (6,31% de não baixa renda e 8,57% de baixa renda), não saber como participar (2,70% de não baixa renda e 4,76% de baixa renda) e não sabem onde buscar informações sobre elas (1,80% de não baixa renda e 4,76% de baixa renda). Esses dados apontam para a falta de divulgação desse tipo de serviço pela universidade e também pouca diversidade de atendimento às disciplinas.

De maneira geral, os dados sugerem que o trabalho e a timidez são as principais barreiras para a participação em monitorias, especialmente entre os estudantes de baixa renda. Além disso, apresenta-se a necessidade em melhorar a comunicação e a acessibilidade das monitorias para garantir que todos os estudantes possam se beneficiar dessa forma de apoio acadêmico.

No tocante às reprovações, a questão que aborda essa temática também foi estruturada como múltipla escolha e teve uma gama de retorno sobre os motivos que levaram os alunos a reprovar.

Tabela 13: Motivos de reprovação dos estudantes.

Motivo da reprovação	Não baixa renda (%)	Baixa renda (%)
Dificuldade de compreensão da disciplina	13,56%	11,54%
Estudei e achei que estava preparado, mas fui mal nas provas	8,23%	9,79%
Metodologia de aula do docente	9,52%	8,74%
Metodologia de avaliação utilizada pelo docente	8,51%	6,64%
Falta de tempo para estudar por conta do trabalho/estágio	8,23%	6,99%

Motivo da reprovação	Não baixa renda (%)	Baixa renda (%)
Sistema quadrimestral corrido demais	5,19%	6,29%
Falta de amigos/colegas para estudar juntos ou trocar informações	5,34%	5,59%
Problemas na hora da prova	4,04%	5,59%
Já chegava nas aulas cansado e não conseguia me concentrar	6,20%	6,29%
Timidez para tirar dúvidas com o professor, monitores ou colegas	3,75%	6,29%
Ansiedade, estresse, depressão etc.	10,53%	9,44%
Problemas de saúde	1,88%	3,85%
Problemas familiares	1,30%	3,15%
Nunca tive reprovações	9,38%	6,64%
Não estudei, por opção	3,90%	1,05%
Preconceito de qualquer gênero ou grau	0,43%	-
Dificuldade financeira para me manter na universidade	-	2,10%
Total geral	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborada pelo autor

Nela, a dificuldade de compreensão da disciplina é o motivo mais comum de reprovação para ambos os grupos, com 13,56% dos estudantes de não baixa renda e 11,54% dos estudantes de baixa renda relatando esse problema. Além disso, 8,23% dos estudantes de não baixa renda e 9,79% dos estudantes de baixa renda mencionaram que, apesar de estudarem e acreditarem estar preparados, tiveram desempenho insatisfatório nas provas, sugerindo que a compreensão do conteúdo e o desempenho nas avaliações são desafios para muitos estudantes.

A metodologia de aula e a metodologia de avaliação utilizada pelos docentes também foram citadas como motivos de reprovação, com 9,52% e 8,51% dos estudantes de não baixa renda apontando essas questões, em comparação com 8,74% e 6,64% dos estudantes de baixa renda. Esses dados indicam que as abordagens pedagógicas e os métodos de avaliação podem não estar atendendo às necessidades de uma parcela considerável dos estudantes, contribuindo para as reprovações.

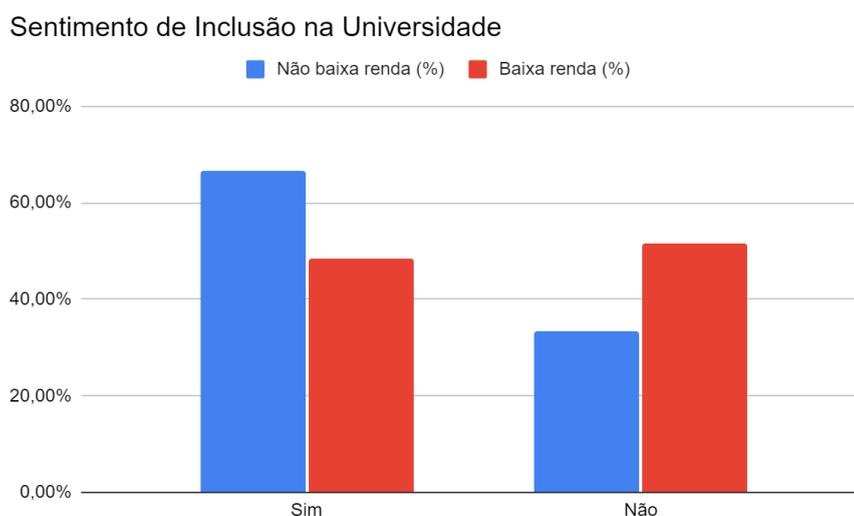
A falta de tempo para estudar devido ao trabalho ou estágio foi mencionada por 8,23% dos estudantes de não baixa renda e 6,99% dos estudantes de baixa renda, refletindo responsabilidades profissionais que interferem no desempenho acadêmico de ambos os grupos. Além disso, o sistema quadrimestral acelerado foi apontado como um desafio por 5,19% dos estudantes de não baixa renda e 6,29% dos estudantes de baixa renda, indicando que o ritmo do curso pode ser um fator estressante.

De maneira geral, enquanto muitos desafios são comuns a ambos os grupos, os estudantes de baixa renda enfrentam algumas dificuldades específicas relacionadas à saúde mental, problemas familiares e dificuldades financeiras. Esses fatores sugerem a necessidade de um suporte mais direcionado e inclusivo para esses estudantes, tanto em termos de recursos pedagógicos quanto de apoio social e emocional, para reduzir as taxas de reprovação e evasão, e mais do que isso, melhorar as taxas de desempenho acadêmico.

Depois, o questionário apresenta a seguinte questão: “Você se sente satisfatoriamente incluído na universidade?”, os dados apresentam uma diferença entre os estudantes de baixa renda e não baixa renda. Entre os estudantes de não baixa renda, 66,67% afirmam se sentirem incluídos na universidade.

Esses números indicam que os estudantes de baixa renda enfrentam maiores desafios em termos de inclusão no ambiente universitário. Essa percepção sugere que existem barreiras específicas que dificultam sua integração plena na vida acadêmica.

Gráfico 20: Porcentagem de estudantes que se sentem incluídos na UFABC



Fonte: Elaborada pelo autor

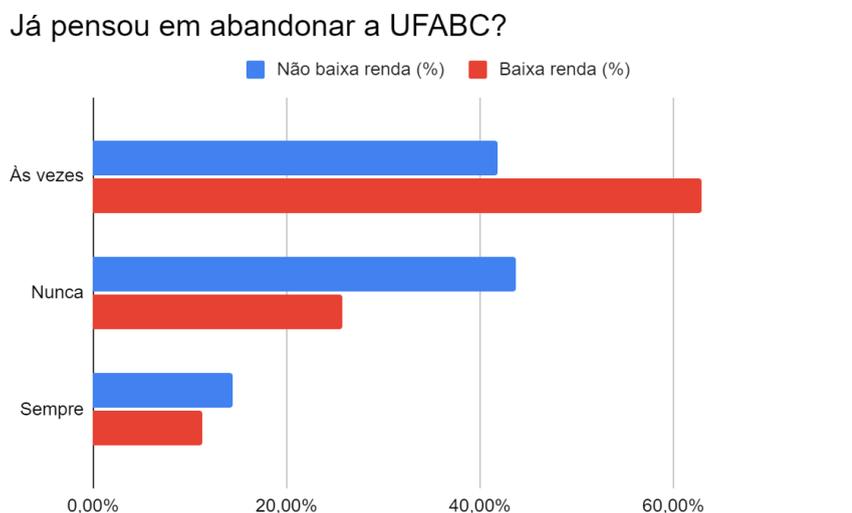
E por fim, a última pergunta busca entender a porcentagem de estudantes que já pensou em desistir da graduação na UFABC a partir da possibilidade de escolher uma única opção sendo elas “Sempre”, “Nunca” ou “às vezes”, nesse aspecto, entre os estudantes de baixa renda, 62,90% relataram que “às vezes pensam em abandonar a universidade”, em comparação com 41,79% dos estudantes de não baixa renda. Essa alta porcentagem sugere que os estudantes de baixa renda estão mais propensos a considerarem a desistência, possivelmente devido aos desafios adicionais mencionados durante a pesquisa.

Além disso, enquanto 43,78% dos estudantes de não baixa renda afirmam que nunca pensaram em abandonar a UFABC, apenas 25,81% dos estudantes de baixa renda compartilham desse sentimento. Por outro lado, uma porcentagem similar de estudantes em ambos os grupos (14,43% de não baixa renda e 11,29% de baixa renda) relatam que sempre pensam em abandonar a universidade, apontando para a existência de um grupo que enfrenta dificuldades crônicas e que pode estar em risco de evasão.

Esses dados sugerem que os estudantes de baixa renda estão mais vulneráveis à ideia de abandonar a universidade, evidenciando a necessidade de intervenções mais eficazes para apoiar esses estudantes, melhorar sua experiência acadêmica e reduzir as taxas de evasão. A implementação de estratégias de suporte

financeiro, acadêmico e psicológico pode ser essencial para reter esses alunos e ajudá-los a completar seus estudos com sucesso.

Gráfico 21: Porcentagem de estudantes que se sentem incluídos na UFABC



Fonte: Elaborada pelo autor

Nas entrevistas os resultados são parecidos também, 3 dos 4 respondentes considerados baixa renda na pesquisa, afirmaram que já quiseram desistir. Os motivos para esse desejo são variados, englobando as dificuldades com os conteúdos, os altos níveis de exigência na graduação, problemas psicológicos e também dificuldade de conciliar a faculdade com o trabalho. Sendo assim, tem-se um cenário onde os estudantes demandam por problemas que a estrutura acadêmica da UFABC pode resolver, devendo, entretanto, investir na divulgação de informação e acompanhamento dos estudantes, especialmente os estudantes de baixa renda que estão em vulnerabilidade econômica e são foco desta pesquisa.

6. LIMITAÇÕES DE PESQUISA

Embora a pesquisa forneça bastante informação sobre desafios enfrentados por alunos de baixa renda na UFABC, é importante ressaltar algumas limitações. Em primeiro lugar, a coleta de dados foi conduzida remotamente, o que pode ter influenciado nas respostas dos estudantes, considerando especialmente o cenário da pandemia, onde muitas pessoas estavam enfrentando problemas em diferentes dimensões de suas vidas, o que pode ter sensibilizado ainda mais as pessoas e impactado no resultado da pesquisa.

Outro aspecto que convém pontuar é a estrutura das análises. Como dito anteriormente, os dados utilizados para esse estudo foram coletados pelo Projeto Cuidar e, diante disso, não havia muitas informações relacionadas ao perfil socioeconômico dos estudantes. Apesar disso, consideraram-se aspectos que relacionam a situação financeira e social com a realidade dos estudantes, mas pode não ter refletido a realidade em si.

Compreende-se também que seria necessário realizar uma nova pesquisa com uma amostra mais significativa. O número de respondentes, apesar de apontar diferentes deficiências nos programas de apoio da UFABC e também pontuar as dificuldades que os estudantes em maior vulnerabilidade socioeconômica enfrentam, não foi tão significativo se olharmos para o total de alunos da Universidade. Ademais, esse estudo também exige que sejam feitas novas avaliações periodicamente, para que seja possível comparar a evolução do programa ao longo dos anos.

Além disso, também é preciso reconhecer que existe uma lacuna de pesquisa nessa área, especialmente no Brasil, o que dificulta o acesso aos conteúdos e que também explicita uma necessidade: precisamos olhar para a construção de um projeto de vida para os estudantes, em busca de potencializar os estudantes e aumentar a permanência estudantil.

4. CONCLUSÃO

Essa pesquisa foi fundamentada em uma coleta de dados realizada por voluntários e bolsistas e abrange uma estrutura teórica preparada para a discussão de orientação e aconselhamento. Dessa forma, a proposta deste trabalho foi analisar os dados dos questionários e das entrevistas conduzidas online, realizadas em 2020 pelo Projeto Cuidar, utilizando o método de análise de conteúdo para identificar as principais dificuldades dos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Ao focar nos estudantes de baixa renda, a pesquisa destaca a diversidade de perfis e desafios enfrentados por esse grupo, bem como as diferenças em relação aos estudantes não baixa renda.

Quando ingressamos nos resultados da seção de “Orientação sobre a vida profissional”, é possível observar que ambos os grupos, tanto os estudantes de baixa renda quanto os de “não baixa renda” enfrentam dificuldades em equilibrar trabalho e estudos, principalmente quando consideramos o tempo disponível, o planejamento e as questões emocionais que rotina impacta. Entretanto, identifica-se diferenças importantes quando analisamos o impacto da condição financeira: estudantes de baixa renda possuem mais motivos para trabalhar devido à necessidade de sustentar dependentes e enfrentam desafios maiores em relação aos prazos e adequação do TPI, refletindo uma dificuldade maior em gestão de tempo. Além disso, enquanto os estudantes de “não baixa renda” têm mais acesso a oportunidades de estágio viabilizadas pela UFABC e por meio de indicação de familiares, os estudantes de baixa renda possuem menor participação nesses programas, destacando a necessidade de um olhar mais atencioso por parte da universidade para esse grupo.

Outro ponto importante é a “Orientação psicológica”. Nesse bloco, é possível enxergar a necessidade de apoio psicológico para ambos os grupos. Entretanto, há uma tendência de que os estudantes enfrentem mais dificuldades no início de sua trajetória acadêmica, especialmente ao tentar se adaptar e desenvolver o “ofício de ser estudante”, que como descrito, refere-se a necessidade dos estudantes em se adaptarem ao ambiente acadêmico. Estudantes de baixa renda, na categorização realizada nesta pesquisa, muitas vezes vêm de ambientes significativamente diferentes daqueles encontrados na universidade e precisam não só se adaptar, mas

também aprender esse novo “ofício”, um processo que tende ser gerador de sofrimento e ser bem desafiador, o que pode contribuir para o surgimento de problemas psicológicos.

Por fim, no bloco de orientação sobre o plano de estudos, é possível sugerir que estudantes de “baixa renda” possuem um menor conhecimento sobre os projetos pedagógicos em comparação ao outro grupo, além de considerá-lo menos inclusivo. Somado a esses achados, também observou-se uma visão mais negativa desses estudantes sobre a estrutura curricular. Com relação à reprovação, ainda que muitos desafios sejam comuns a ambos os grupos, os estudantes de baixa renda enfrentam algumas dificuldades específicas relacionadas à saúde mental, problemas familiares e dificuldades financeiras.

De maneira geral, ainda que encontremos muitos desafios comuns, os quais poderiam ser melhor atravessados com apoio da universidade, vê-se que, na maioria das vezes, os alunos os enfrentam sozinhos, o que pode dificultar sua vida acadêmica e até resultar no abandono de sua jornada. Apesar disso, os estudantes enquadrados como “baixa renda” nessa pesquisa, ainda enfrentam maiores obstáculos em decorrência de preocupações e estrutura financeira.

Com base nas descobertas, recomenda-se a implementação de políticas mais inclusivas e adaptadas às dificuldades dos estudantes de baixa renda, considerando essas barreiras adicionais que foram apresentadas. Além disso, é essencial melhorar a visibilidade dos programas de apoio e garantir que todos os estudantes, independentemente de sua condição socioeconômica, tenham acesso às oportunidades de suporte acadêmico, psicológico e vocacional.

Em termos gerais, a pesquisa oferece uma visão dos desafios enfrentados pelos estudantes de baixa renda na UFABC e enfatiza a necessidade de suporte estruturado e mais direcionado. A análise também aponta para a necessidade de adaptar as políticas de orientação e apoio para atender melhor os estudantes e garantir que todos tenham a oportunidade de alcançar suas potencialidades acadêmicas.

5. BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Wilson Mesquita. Revisitando “USP para Todos?”: desafios permanentes na inclusão dos estudantes de baixa renda no ensino superior público brasileiro. *Revista de Ciências Sociais — Fortaleza*, v. 51, n. 3, nov. 2020/fev. 2021, p. 21–62.

BRASIL. **Presidência da República**. Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

BRASIL. **Presidência da República**. Lei n.º 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - ProUni.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Sistema de Seleção Unificada - SISU. Disponível em: <https://accessunico.mec.gov.br/sisu>. Acesso em: 9 set. 2024

BITTENCOURT, M. F. N.; FERREIRA, P. A. As obras na implementação de políticas públicas: o caso do Reuni. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO, 38., Rio de Janeiro, 2014. Anais[...]. Rio de Janeiro: Anpad, 2011. p. 1-16.

BOURDIEU, Os três estados do capital cultural
l'____. *Escritos da educação*. Petrópolis: Vozes, 1999. (Organizado por Maria Alice Nogueira e Afrânio Mendes Catani).

CLEM, Eduardo Lemgruber do Valle; VINHAL, Joice Macedo; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. **Desafios de estudantes de baixa renda na educação superior pública**. Submetido em: 8 nov. 2022. Postado em: 11 nov. 2022 (versão 1). Disponível em: <https://orcid.org/0000-0001-8204-2631>. Acesso em: 9 set. 2024.

Coulon, Alain. O ofício de estudante: a entrada na vida universitária. Educ. Pesquisa, São Paulo, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, out./dez., 2017.

_____. Texto traduzido, do francês para português, pela Profa. Dra. Ana Maria F. Teixeira, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) / Centro de Cultura Linguagens e Tecnologias Aplicadas (Cecult).

FELICETTI, Vera Lucia; MOROSINI, Marilia Costa. Equidade e iniquidade no ensino superior: uma reflexão. Ensaio: Ensaio: avaliação de políticas públicas em educação. Rio de Janeiro, v. 17, n. 62, p. 9-24, março de 2009. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/Gq8c9dWsgVskC3LDcnV8j9H/?format=pdf&lang=pt>>

FONAPRACE, ANDIFES. V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES. Uberlândia, maio de 2019. Disponível em <<http://www.fonaprace.andifes.org.br/site/wp-content/uploads/2019/06/V-Pesquisa-do-Perfil-Socioeconômico-dos-Estudantes-de-Graduação-das-U.pdf>>.

HOFFMANN, Ivan. Metodologia para identificação de fatores estratégicos para acompanhamento sistemático da evasão em cursos de graduação. 2016. Disponível em:

<https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/8385/HOFFMANN%2c%20IVAN%20LONDERO.pdf?sequence=1&isAllowed=y> . Acesso em 21 de novembro de 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Censo da educação superior 2012. Brasília, DF: MEC - INEP. 2014.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME; Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, 2015. Disponível em:

https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PN_AS2004.pdf. Acesso em: 17 ago. 2024.

Imperatori, Thais. A trajetória da assistência Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago.2017. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/dRhv5KmwLcXjJf6H6qB7FsP/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 01 de novembro de 2021.

Junior, José da Silva; Real, Giselle Cristina. A evasão na educação superior: o estado da arte das pesquisas no Brasil a partir de 1990. Avaliação (Campinas) 22 (2) • Jul-Nov 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/GMZgPdKRPFGHKcfRrZ6kXKf/abstract/?lang=pt>. Acesso em 02 de novembro de 2021.

LOPES, Herton Escobar. **Cai de patamar o número de estudantes que conseguem concluir a graduação nas universidades públicas no Brasil**. Revista Pesquisa FAPESP, 10 ago. 2023. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/cai-de-patamar-o-numero-de-estudantes-que-conseguem-concluir-a-graduacao-nas-universidades-publicas-no-brasil/>. Acesso em: 9 set. 2024

Ministério do desenvolvimento social e combate à Fome secretaria nacional de assistência social. Política Nacional de Assistência Estudantil. Brasília, 2015. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf >

MORAIS, Lerkiane Miranda; MASCARENHAS, Suely; RIBEIRO, José Luis Pais. Diagnóstico do estresse, ansiedade e depressão em universitários: desafios para um serviço de orientação e promoção da saúde psicológica na Universidade. Um estudo de caso com estudantes da UFAM- Brasil. **Revista AMAzônica**, Humaitá, AM. Ano 3, Vol IV, Número 1, pág 55-76, jan.jun, 2010. Disponível em < <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/63895/2/86909.pdf>> Acesso em 01 de out. 2021.

NASCIMENTO, Ademir Rodrigues do. **A violência simbólica e suas implicações nos espaços escolares**. Colóquio, v. 1, n. 2, 2019. Disponível em: <https://publicacoes.unifimes.edu.br/index.php/coloquio/article/view/68/237>. Acesso em: 9 set. 2024.

NUNES, Roseli Souza dos Reis; VELOSO, Tereza Christina Mertens Aguiar. A assistência estudantil na Universidade Federal de Mato Grosso: aspectos socioeconômicos de estudantes beneficiados. In: SEMINÁRIO NACIONAL DA REDE UNIVERSITAS/Br, XXIV, 2016, Maringá, PR. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos_5.htm >.

PAULA, Camila Henriques; ALMEIDA, Fernanda Maria. O programa Reuni e o desempenho das Ifes brasileiras. Ensaio: avaliação de políticas públicas em educação. Oct-Dec 2020. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/ensaio/a/5pvgF4sGMQsn89ZYSYfWHsh/?lang=pt>>.

Pacheco Lassance, Maria Célia, Patta Bardagi, Marúcia Pereira Teixeira, Marco Antônio Avaliação de uma intervenção cognitivo-evolutiva em orientação profissional com um grupo de adolescentes brasileiros. Revista Brasileira de Orientação Profissional [on-line]. 2009, 10(1), 23-32. ISSN: . Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=203014934005>

PROPLADI - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Estatísticas da UFABC. Disponível em: <<https://dados.ufabc.edu.br/estatisticas>>.

PROPLADI - Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. Perfil discente de graduação. Disponível em: <https://propladi.ufabc.edu.br/informacoes/perfil>. Acesso em: 17 ago. 2024.

REIS, Edna Afonso; REIS, Ilka Afonso. **Relatório Técnico Escolar - RTE 02/2002**. Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Primeira Edição – Junho/2002. Disponível em: <https://www.est.ufmg.br/portal/wp-content/uploads/2023/01/RTE-02-2002.pdf>. Acesso em: 9 set. 2024.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo e; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. A evasão no ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, SP, v. 37, n. 132, p. 641-659, set./dez.

2007.

Sood, Neru. *Guidance and Counselling in Education*. Editora Vikas. Ram nagar, New Delhi, 2016. Disponível em: <https://www.tripurauniv.ac.in/Content/pdf/StudyMaterialsDetail/MA%20Education%202nd%20Semester/EDCN-805E-Guidance%20_%20Counselling%20in%20Education.pdf> Acesso em 04 de novembro.

SOUSA, José Raul de; SANTOS, Simone Cabral Marinho dos. Análise de conteúdo em pesquisa qualitativa: modo de pensar e de fazer Pesquisa e Debate em Educação, Juiz de Fora: UFJF, v. 10, n. 2, p.1396 - 1416, jul.-dez.2020. ISSN 2237-9444. DOI:<https://doi.org/10.34019/2237-9444.2020.v10.31559>.

UNESCO. **Learning in the Sustainable Development Goals**. International Institute for Educational Planning (IIEP). Jan. 2024. Disponível em: <https://learningportal.iiep.unesco.org/en/issue-briefs/monitor-learning/learning-in-the-sustainable-development-goals>. Acesso em: 9 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC). **UFABC em Números**. Disponível em: <https://propladi.ufabc.edu.br/informacoes-institucionais/ufabc-em-numeros>. Acesso em: 9 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC). Política de cotas da UFABC ganha destaque na imprensa nacional. 02 fev. 2022. Disponível em: <https://www.ufabc.edu.br/noticias/politica-de-cotas-da-ufabc-ganha-destaque-na-imprensa-nacional>. Acesso em: 9 set. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ABC (UFABC). **Divisão de Estágios e Acompanhamento Acadêmico**. Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). Disponível em: <https://prograd.ufabc.edu.br/prograd/setores/deat>. Acesso em: 9 set. 2024.

Valore, L. A. Orientação profissional em grupo na escola pública: Direções possíveis, desafios necessários. In R. S. Levenfus & D. H. P. Soares, *Orientação vocacional ocupacional* (2a ed., pp. 65-81). Porto Alegre, RS, 2010.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. **A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado**. Recebido em: 24 jul. 2012. Aprovado em: 6 dez. 2012.

VASCONCELOS, Natália. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Revista da Católica, Uberlândia*, v. 2, n. 3, p. 399-411, 2010.